



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

APELAÇÕES CÍVEIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. ENTUPIMENTO DA REDE PLUVIAL. LEGITIMIDADE PASSIVA DO MUNICÍPIO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA COM A CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS EM REPARAR OS DANOS DECORRENTES DO ALAGAMENTO NA RESIDÊNCIA DOS AUTORES. OMISSÃO DO ENTE MUNICIPAL. VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL MANTIDO. SUCUMBÊNCIA. APLICABILIDADE DA SÚMULA 326 DO STJ.

Não há falar em ilegitimidade passiva do Município, porquanto em havendo contrato de concessão de serviço público, a sua responsabilidade por omissão na conservação da rede pluvial é solidária com a concessionária. Nexo causal demonstrado, apurado em inquérito civil promovido pelo Ministério Público. Não pairando qualquer controvérsia acerca dos danos ocasionados, devem as rés ressarcir os cidadãos, nos limites dos danos. Com relação ao valor arbitrado a título de dano moral, não há motivo para a sua redução, em atenção à reprovabilidade da conduta e aos parâmetros desta Corte. Sentença mantida."

Em sede de concessão de serviço público, há que se considerar que a Administração Pública, no caso, o Distrito Federal, é beneficiária mediata do serviço executado. Na condição de beneficiária e titular do serviço público concedido, impera o dever de fiscalizar as atividades da concessionária, como um dos poderes inerentes ao instituto da concessão.

De acordo com ensinamento de Celso Antônio Bandeira de Mello, a concessão advém da necessidade de satisfazer pelo melhor modo possível o interesse público, dispondo, o concedente, dos meios necessários para adequá-la ao alcance deste propósito. Sob esse trilhar, possui o concedente plena e permanente disponibilidade, traduzindo-se na titularidade de um conjunto de poderes.⁵

⁵ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 26 ed., São Paulo: Malheiros: 2009. pp. 722-723



500

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Entre os poderes facultados ao concedente, destaquem-se o poder de inspeção e fiscalização e o poder de intervenção.

Mello bem define o poder de fiscalização ao estatuir que, por meio dele, o poder concedente está habilitado para se manter permanentemente informado acerca do comportamento do concessionário relacionado com o desempenho do serviço. Nesse tom, o Poder Público pode verificar se o concessionário está atendendo de modo satisfatório as obrigações assumidas, *“ao acompanhar, mesmo no interior da vida da empresa, inclusive através do exame de livros, registros e assentamentos desta, as providências tomadas e a lisura delas para implemento dos encargos da concessão”*.⁶

227

Marinela sintetiza os meandros do poder de inspeção e fiscalização, conforme a seguir transcrito:

*para aplicação desse instrumento, o poder concedente deve manter-se constantemente informado dos comportamentos da empresa concessionária, conhecendo a sua situação, inclusive internamente, analisando seus livros, documentos, registros tendo acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária.*⁷

A Lei nº 8.987/95 disciplina o poder de inspeção e fiscalização em diversos momentos. No artigo 3º dispõe genericamente a sujeição da concessão à fiscalização, com a *“cooperação dos usuários”*. O artigo 29 atribui ao poder concedente o encargo de *“fiscalizar permanentemente a sua prestação”*, e, nesse mister, faculta-lhe o acesso aos dados de administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária (artigo 30) por meio de, inclusive, órgão técnico, entidade conveniada e comissão de representantes de ambos os polos e dos usuários (parágrafo único do artigo 30). Segundo o inciso V do artigo 31, a

⁶ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 26 ed., São Paulo: Malheiros: 2009. p. 723

⁷ MARINELA, Fernanda. *Direito Administrativo*. 4ª ed. Niterói, Impetus: 2010. p. 493.



8061

238

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

concessionária se sujeita ao dever de permitir livre acesso às obras, equipamentos, instalações integrantes do serviço e registros contábeis.

Sobre o poder de fiscalização, é de bom tom destacar a lição do administrativista Marçal Justen Filho, nos seguintes termos:

A disciplina legislativa das concessões reflete precisamente os aspectos ora destacados. Inúmeros dispositivos são dedicados ao tema da fiscalização da atuação do concessionário – assegurando acesso estatal às suas informações e dependências (...) Trata-se de evitar que as atividades de fiscalização fiquem à livre escolha do poder concedente, o que propiciaria efeitos maléficos (...) o poder de acesso às informações e dependências do delegatário não fica condicionado a motivo específico (que, de qualquer modo, existe no caso em exame). Não é preciso o poder concedente apresentar a concreta existência ou mesmo a suspeita de irregularidade ou falha na prestação do serviço. A função fiscalizadora é 'permanente'.⁸

Nesse trilhar, é equivocado o provimento do juízo *a quo* ao estatuir que as obrigações são personalíssimas da empresa-Ré. Não pode o ente distrital furtar-se do poder-dever estabelecido na lei que o rege em suas relações de concessão.

Fundamentando-se no poder de fiscalização, tem-se de ressaltar brilhante entendimento manifestado em sentença da lavra do Exmo. Juiz Rogério Neiva Pinheiro, da MM. 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, nos autos da reclamação nº 001906-23.2011.5.10.0006, reconhecendo a responsabilidade do Distrito Federal por créditos trabalhistas de uma empregada da Cooperativa de Profissionais Autônomos de Transporte de Samambaia, uma autêntica prestadora de serviço público de transporte distrital. Pelo elogiável raciocínio, é de bom tom transcrever excertos do *decisum*:

⁸ JUSTEN FILHO, Marçal. *Teoria Geral das Concessões de Serviço Público*. São Paulo: Dialética, 2003. pp. 419/421



ger

039
EXETER
GECAD
PROCAD

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Portanto, a primeira premissa jurídica relevante a ser considerada, para efeito de análise da possibilidade de reconhecimento da responsabilidade do segundo reclamado, consiste na compreensão de que a primeira reclamada existia para prestar um serviço público, voltado ao atendimento da população do Distrito Federal, de responsabilidade do segundo reclamado, inclusive por previsão constitucional. Ou seja, o beneficiário imediato do serviço executado pela primeira reclamada consistia na população do Distrito Federal e o beneficiário mediato consistia no segundo reclamado.

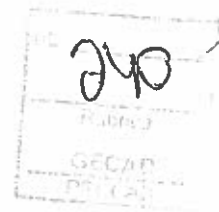
Por outro lado, existem diversos fundamentos que indicam a obrigação da segunda reclamado fiscalizar as atividades da primeira reclamada.

Primeiramente, de forma geral, diante das transferências de execução de serviços públicos, independente do mecanismo adotado, o Poder Público conta com poder-dever de fiscalização.

(...)

Diante desta compreensão, analisando o alcance do poder-dever de fiscalização por parte do segundo reclamado, poder-se-ia questionar se este não estaria limitado à execução do serviço, na ótica do cidadão-usuário. Ou seja, invertendo a análise, a pergunta, na prática, é: será que, para o referido efeito (responsabilidade), importaria as condições de trabalho do ser humano-trabalhador que estaria diretamente atendendo a população?

A



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

OBJETIVA. RESPONSÁVEL DIRETO E INDIRETO. SOLIDARIEDADE. LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO. ART. 267, IV DO CPC. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULAS 282 E 356 DO STF.

- 1. Ao compulsar os autos verifica-se que o Tribunal a quo não emitiu juízo de valor à luz do art. 267 IV do Código de Ritos, e o recorrente sequer aviou embargos de declaração com o fim de prequestioná-lo. Tal circunstância atrai a aplicação das Súmulas nº 282 e 356 do STF.*
- 2. O art. 23, inc. VI da Constituição da República fixa a competência comum para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios no que se refere à proteção do meio ambiente e combate à poluição em qualquer de suas formas. No mesmo texto, o art. 225, caput, prevê o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado e impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*
- 3. O Estado recorrente tem o dever de preservar e fiscalizar a preservação do meio ambiente. Na hipótese, o Estado, no seu dever de fiscalização, deveria ter requerido o Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo relatório, bem como a realização de audiências públicas acerca do tema, ou até mesmo a paralisação da obra que causou o dano ambiental.*
- 4. O repasse das verbas pelo Estado do Paraná ao Município de Foz de Iguaçu (ação), a ausência das cautelas fiscalizatórias no que se refere às licenças concedidas e as que deveriam ter sido confeccionadas pelo ente estatal (omissão), concorreram para a produção do dano ambiental. Tais circunstâncias, pois, são aptas a caracterizar o nexo de causalidade do evento, e assim, legitimar a responsabilização objetiva do recorrente.*



241

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

5. Assim, independentemente da existência de culpa, o poluidor, ainda que indireto (Estado-recorrente) (art. 3º da Lei nº 6.938/81), é obrigado a indenizar e reparar o dano causado ao meio ambiente (responsabilidade objetiva).

6. Fixada a legitimidade passiva do ente recorrente, eis que preenchidos os requisitos para a configuração da responsabilidade civil (ação ou omissão, nexo de causalidade e dano), ressalta-se, também, que tal responsabilidade (objetiva) é solidária, o que legitima a inclusão das três esferas de poder no pólo passivo na demanda, conforme realizado pelo Ministério Público (litisconsórcio facultativo).

7. Recurso especial conhecido em parte e improvido.

(REsp 604725/PR, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/06/2005, DJ 22/08/2005, p. 202)

Gize-se: pela legislação de concessões e pela Carta Magna (artigo 225), bem como por meio de interpretação analógica com a disciplina ambiental, o Poder Público tem o dever de preservar e fiscalizar a preservação do meio ambiente do trabalho.

Posta assim a questão, é de se dizer que o Distrito Federal possui inequívoca responsabilidade solidária pelos danos causados aos empregados das empresas de transporte coletivo, haja vista ter o dever de fiscalizar as atividades e, identificada a permanência de conduta danosa, atuar pelos meios legais e solucionar o problema. Isto, independentemente da existência de culpa; ainda que indireta, é obrigado a indenizar e reparar o dano causado ao meio ambiente.

Passa-se a dissertar sobre o outro poder alhures registrado, o poder de intervenção.

O poder de intervenção trata de situações excepcionais, vez em que o concedente, no intento de salvaguardar o interesse público, poderá intervir na concessionária e assumir a gestão

A



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

242
RUBRICADO
GECAD
PROCURADOR

direta do serviço. O instituto está genericamente disciplinado no artigo 32: *“O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes”*.

Segundo Mello, tal medida somente se justifica quando imprescindível para *“assegurar a continuidade do serviço, sua normalidade ou o adequado cumprimento das obrigações assumidas pelo concessionário”*¹¹.

Por meio dessa figura jurídica, a Administração Pública passa a gerir o patrimônio da empresa, passando o interventor a controlar gastos, a efetivar despesas, ou seja, a agir como se empregador fosse.

Impende salientar que a jurisprudência vem reconhecendo a responsabilidade solidária no caso de intervenção, conforme julgados a seguir:

SÃO PAULO TRANSPORTE S/A E A SUCESSÃO TRABALHISTA. 1. O mais importante no exame da sucessão trabalhista é o destaque que se dá ao seu conteúdo econômico. Não basta a simples denotação jurídica para se aquilatar o exato alcance desse instituto trabalhista. Entretanto, é preciso destacar que, se houver o prosseguimento da atividade econômica organizada, com a utilização dos trabalhadores pelo sucessor, justifica-se a presença da sucessão trabalhista, mantendo-se íntegros os contratos individuais de trabalho. 2. Às fls. 518/520, o exequente solicitou o prosseguimento da execução contra a empresa São Paulo Transporte S/A, com fundamento na ocorrência da sucessão trabalhista, o que foi deferido às fls. 521. Houve a penhora de numerário dessa empresa (fls. 661), ocorrendo o depósito às fls. 660. O documento de fls. 504, ou seja, uma ata de reunião entre a Comissão de Empregados da sucedida e a

¹¹ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 26ª ed., São Paulo: Malheiros: 2009. p. 726

X



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

243

agravante foi determinada à requisição dos bens materiais e a mão-de-obra necessária a prestação plena dos serviços. 3. De acordo com o art. 30, V, da Constituição Federal, é competência exclusiva dos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial. Por legislação municipal, a agravante, na qualidade de gerenciadora do sistema de transportes coletivos do Município de São Paulo, é a responsável pela fiscalização das empresas de ônibus operadoras no sistema. Não se pode negar que o transporte público é uma obrigação do Município, sendo que a sua interrupção ou ameaça de interrupção merece a pronta intervenção da entidade municipal responsável pelo gerenciamento do transporte coletivo. Contudo, por outro lado, não se pode negar que Município, como responsável pelo transporte público, poderia, em querendo, explorá-lo de forma direta. A partir do momento, em que o Município, através de um aparato legislativo, faz a opção pelo sistema de concessão ou permissão, pode vir a ser chamado para efetuar a intervenção, para a manutenção do seu encargo constitucional (art. 30, V). Nessa intervenção, o Município, por intermédio da agravante, disponibiliza bens, funcionários, arrecada valores, etc., atua, como se empregador fosse. Por essa ótica, mesmo tendo o compromisso constitucional de zelar pela qualidade e a não interrupção do transporte público, a agravante é a sucessora para fins trabalhistas. A sucessão é pacífica, já que a atividade econômica, pelo interesse público, voltou para as mãos da empresa gerenciadora, com a utilização da mão-de-obra e dos bens da sucedida. A simples alegação do interesse público pela manutenção do serviço público não elide a caracterização da sucessão trabalhista. Também se tem o interesse social na defesa e manutenção dos

A



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

244

direitos trabalhistas, sendo que a agravante, na qualidade de gerenciadora, após a intervenção, passou a ter o acesso a exploração das linhas de transporte público da sucedida, portanto, com o evidente prosseguimento da atividade econômica. Em outras palavras, patente o enquadramento dos arts. 10 e 448 da CLT aos presentes autos. Portanto, mantenho a responsabilidade da agravante. Rejeito o apelo. (Processo 00355-2001-045-02-00-8, Desembargador Federal Relator Dr. FRANCISCO FERREIRA JORGE NETO) – g.n.

Diante de tal contexto, é de se concluir que, com a intervenção levada a efeito pelo Município de Sorocaba, ele passou a atuar na atividade fim da 1ª reclamada, utilizando-se de seus bens e funcionários, gerindo, ainda, a sua atividade. Para este mister utilizou-se da segunda reclamada, que atuou, não só como mera fiscalizadora, como argumenta, mas sim como verdadeira preposta do município de Sorocaba. De sorte que se dever acolher o apelo do reclamante para que se reconheça a responsabilidade solidária da segunda reclamada pelos haveres do reclamante neste processo (Processo 207100-59.2009.5.15.0003-RO, Juíza Rita de Cássia Scagliusi do Carmo, TRT 15ª Região)

RESPONSABILIDADE. SPTRANS. *Naqueles casos nos quais a SPTRANS deixou de ser mera gerenciadora do transporte público metropolitano e através de intervenção efetiva nas empresas de ônibus, requisitou veículos e trabalhadores e passou a prestar os serviços de transportes coletivos diretamente à população, administrando o quadro de empregados, remunerando-os e recolhendo o FGTS e as contribuições*

X



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

80
245
RECEBUE
PROCURADORIA
REGIONAL DO TRABALHO
DA 10ª REGIÃO

previdenciárias, tornou-se responsável pelos direitos dos empregados. Responsabilidade configurada (Processo 01353-2003-059-02-00-0, Desembargador Federal Relator Dr. Paulo Augusto Camara) – g.n.

SPTRANS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. *Nos casos em que a SPTrans distanciou-se das atividades restritas à gestão, gerenciamento e fiscalização dos serviços de transportes públicos, e praticando intervenção sistemática nas reclamadas, assumiu o objeto dos contratos de prestação de serviços coletivos municipais, ocupando os equipamentos, instalações, materiais e pessoal necessários à sua execução, evidenciou-se verdadeira sucessão trabalhista (artigos 10 e 448 da CLT), impondo a responsabilização solidária. (Processo 00559-2005-019-02-00-6, Desembargador Federal Relator Dr. Paulo Augusto Camara)*

Intervenção nos negócios do empregador pela empresa gestora do transporte público municipal. Responsabilidade solidária. Embora de fato e de direito a assunção dos contratos administrativos de prestação de serviço de transporte público não importe em sucessão de empregador, por ausentes das condições dos arts. 10 e 448 da CLT, a empresa gestora do serviço de transporte, quando intervém e passa a gerir o negócio, responde solidariamente pelas dívidas nos termos dos arts. 861 e ss. do Código Civil (Processo 02082-2004-063-02-00-0. Desembargador Federal Relator Dr. LUIZ EDGAR FERRAZ DE OLIVEIRA)

A



80:
24b
GECAD
PROSEC

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Diante de mais essa prerrogativa ministrada pela lei à Administração Pública no regime das concessões, resta evidente sua responsabilidade quanto aos danos verificados aos trabalhadores e, por corolário lógico, pela manutenção de meio ambiente de trabalho digno, prevenindo a lesão aos direitos dos trabalhadores. O Poder Judiciário não pode isentar o ente estatal. Os trabalhadores são também alvo dos direitos sociais e das garantias individuais constitucionalmente consagradas.

Assim, o Distrito Federal e a empresa-Ré deverão ser condenados solidariamente à cumprirem as obrigações de fazer.

III.2) Dano moral coletivo

O nobre Magistrado *a quo* condenou a empresa VIPLAN Viação Planalto Limitada no importe de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a título de compensação por danos morais aos direitos coletivos dos trabalhadores. Nessa mesma sorte, o órgão julgador condenou solidariamente o Distrito Federal ao pagamento da indenização.

Na exordial e no seu aditamento, foram requeridas condenações na monta de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), respectivamente, à empresa-Ré e ao Distrito Federal, tendo-as como bastante razoáveis, em decorrência da lesão a direitos difusos e coletivos dos trabalhadores da empresa de transporte coletivo em testilha.

Pela magnitude dos interesses malferidos no caso em tela, a fixação módica do *quantum debeatur* a título de compensação pelos danos traz a lume a injustiça da r. sentença quanto ao tema.

As irregularidades praticadas pelas Rés demonstradas pelo *Parquet* violam vários dispositivos legais e constitucionais que tutelam direitos de subsistência humana. Os Réus feriram a dignidade humana dos trabalhadores, não podendo deixar de serem pesadamente punidos.



807

247

CETAD

SECRETARIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

A Constituição Federal, em seus artigos 1º, III; 7º, XXII; e 225, dispõe que a República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, garantindo-se, ainda, um meio ambiente do trabalho sadio e seguro, que reduza os riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. Nesse sentido, a ordem constitucional garante também o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

A mesma Carta preconiza, também, no seu artigo 170, que a ordem econômica se funda na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, assegurando a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da defesa do meio ambiente, da função social da propriedade e da busca do pleno emprego.

Exsurge claro, portanto, do cotejo dos dispositivos constitucionais acima citados o total repúdio do ordenamento jurídico pátrio ao lucro obtido à custa da desvalorização do ser humano e do desrespeito à sua integridade física, sendo certo, nessa perspectiva, que o aspecto humano prevalece em face do econômico, donde se conclui, no contexto das relações de trabalho, que a vida e as integridades física e psíquica do trabalhador constituem os bens maiores a serem tutelados pelo empregador.

E uma vez violados os direitos mais elementares dos empregados por conduta antijurídica da empresa e do Distrito Federal, a justa reparação pelos danos causados não apenas aos indivíduos vítimas dos atos abusivos, como também à coletividade, dada a relevância social dos bens envolvidos, há que ser implementada de sorte a inibir os ofensores de cometer novos ilícitos, além de reprimir, incisivamente, a sua conduta lesiva e compensar, de alguma forma, os prejuízos provocados, ainda que não sejam eles de natureza pecuniária. Aqui emerge, pois, o instituto da tutela jurisdicional coletiva.

No caso em tela, como já evidenciado, verifica-se a ocorrência de um dano moral geral, causado à toda coletividade. Trata-se de um prejuízo moral potencial de que foi alvo toda a coletividade de empregados explorados pela via do descaso ao meio ambiente e à segurança e saúde



602
248

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

dos trabalhadores da empresa-Ré, assim como a própria sociedade, na medida em que esta onda de precarização das relações laborais causa gravame supraindividual.

A VIPLAN Viação Planalto Limitada mantém uma frota de ônibus com motores dianteiros não enclausurados, sem ar-condicionado e sem direção hidráulica, em detrimento da saúde de seus trabalhadores, expostos a níveis de pressão sonora, vibrações e temperaturas extremamente maléficas, fora o descompromisso com normas de saúde e segurança laborais.

E tudo isso, é claro, sempre visando ao lucro e à máxima produtividade, a qualquer custo, ainda que fosse este a saúde e a incolumidade dos trabalhadores.

Ressalte-se, por ser imperioso, que as obrigações que estão sendo descumpridas pela Ré referem-se a direitos mínimos de conforto, higiene e segurança dos obreiros, mormente dos motoristas e cobradores de ônibus, destacando-se os problemas à saúde físico-mental decorrentes da frequente exposição a agentes físicos insalubres, tais como vibração, ruído, calor, gases, vapores e poeiras, bem como quanto aos riscos psicológicos decorrentes da violência (roubos e passageiros).

Ora, a preocupação com a saúde e a higidez do trabalhador, muito mais do que uma diretriz principiológica que norteia as relações de trabalho, é uma obrigação efetiva de todo empregador que deve, assim, propiciar um ambiente de trabalho adequado, no qual os empregados possam exercer suas atividades com dignidade e ali desenvolver todas as suas potencialidades, até porque são eles, justamente, aqueles que auxiliam a empresa na realização de sua função social.

Nesse cenário, é inegável que nada poderia ser mais distante dos fins perseguidos pelo ordenamento do que a postura adotada pela empresa-Ré, sendo de se destacar que, em momento algum, buscou adequar sua conduta de forma espontânea e eficaz.

Não envidou, portanto, os esforços necessários para resguardar a integridade e a incolumidade de seus empregados, tendo, na verdade, tentado contornar os fatos apresentando programas e exames incompletos, confusos, de diversas empresas, o que demanda forte reprimenda do sistema jurídico à altura dos bens lesados, afetos que são aos direitos fundamentais dos

X



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

807
249

trabalhadores e, em última análise, como não poderia ser diferente, da coletividade, já que houve transgressão à ordem jurídica vigente.

E se, diante dessa realidade com efeitos tão nefastos sobre o trabalhador e a sociedade, o valor da indenização pelo dano moral coletivo decorrente dos atos ilícitos cometidos pelos réus não atinge um patamar capaz de inibi-los, de forma efetiva, de assim agir novamente e que tenha, pois, uma repercussão sólida sobre os seus rendimentos ou orçamento, mormente porque se trata, de um lado, de uma empresa de grande porte e, do outro, de ente federado da República, é certo que não será alcançada a finalidade punitiva e, sobretudo, pedagógica-preventiva que se busca com a reparação deferida pelo juízo de origem, caindo no vazio, por consequência, a condenação judicial que, acertadamente, reconheceu a necessidade de se reparar a coletividade pelos danos comprovados nos autos.

Assim, o que pretende o Ministério Público do Trabalho não é nada mais do que fazer com que a finalidade da reparação do dano moral coletivo provocado seja realmente atendida, sendo esse um caminho legítimo e efetivo para se extirpar do mundo do trabalho condutas ilícitas e abusivas como as que se encontram estampadas no presente feito.

E isso somente será possível, frise-se, se as parcelas pecuniárias das condenações forem significantes a ponto de fazer os autores da lesão sentir, por força dessa condenação, as reais consequências das suas condutas danosas e a extrema relevância dos bens e direitos por elas lesados. Caso contrário, a sanção será de todo ineficaz e de nada valerão os alicerces sobre os quais foi erigido o Estado Democrático de Direito estabelecido pela atual Constituição Federal.

Oportuno citar, no particular, a lição de Xisto Tiago de Medeiros Neto que, ao tratar da matéria em apreço, afirma que *"o valor da condenação a ser arbitrado pelo juiz, sob o norte da equidade e do bom senso, deverá observar, em sua expressão, suficiência para representar sanção eficaz para o agente causador do dano, e, por efeito, força pra dissuadir outras condutas danosas"*

X



8076

250

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

*semelhantes*¹², enfatizando que a condição financeira do ofensor e a expressão econômica de sua atividade constituem o elemento balizador para guiar a fixação do valor da indenização decorrente do dano moral coletivo.

Sabe-se que a condenação não só deve repercutir no patrimônio do ofensor, como desencorajá-lo a praticar no futuro condutas semelhantes, bem como deve servir de prevenção coercitiva. No caso dos autos, especificamente, é grande o número de trabalhadores lesionados pela empresa-Ré.

Nesse sentido, ressalte-se o entendimento do Procurador do Trabalho Xisto Tiago de Medeiros Neto, que em sua obra "Dano Moral Coletivo" aduz:

*Tenha-se presente, pois, que em cada caso particular, será a gravidade da conduta e seus efeitos, a situação do lesante, a extensão do dano, a consideração dos valores atingidos e a repercussão negativa apreendida no plano social, dentre outros fatores, que condicionarão a atividade jurisdicional na fixação do quantum, em proporção bastante a atender ao desiderato da reparação, em sua função pedagógico-preventiva, sem se descuidar, também, da finalidade de compensar a lesão moral em face da coletividade ofendida.*¹³

No caso vertente, o montante arbitrado pela Exma. juíza sentenciante a título de indenização, qual seja, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), apresenta-se módico frente ao **expressivo poder econômico da empresa-Ré e à grandeza do ente distrital**. Frise-se, também, que não atende ao anseio de justiça, tampouco ao justo ressarcimento a ser imposto como resposta à conduta que é, irrefutavelmente, de **alto grau de reprovabilidade social** à vista do desrespeito a valores fundamentais da coletividade de trabalhadores e a direitos basilares consagrados na Constituição da República, como a dignidade humana e o valor social do trabalho (art. 1º, III e IV).

A empresa VIPLAN tem um número de 1.977 empregados que gozam de benefícios

¹² MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. *Dano Moral Coletivo*. LTr, 2ª. ed., São Paulo: 2007, p. 163-164

¹³ NETO, Xisto Tiago de Medeiros Neto. *Dano Moral Coletivo*. 1ª. ed., São Paulo: 2005, LTr, p. 164;

X



8076

251
RECEBUE
SEÇÃO
FISCAL

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

previdenciários, totalizando um gasto total de R\$ 9.578.853,11 pelo INSS com benefícios previdenciários. Analisando-se os benefícios previdenciários que ocasionaram o afastamento dos rodoviários de suas funções (auxílio-doença, auxílio-doença acidentário, aposentadoria por invalidez e aposentadoria acidentária), tem-se demonstrado que referidas empresas causam o adoecimento sistemático de seus trabalhadores devido a práticas contrárias à manutenção e preservação da saúde, segurança e higiene dos motoristas e cobradores do Distrito Federal.

De mais a mais, o valor vindicado na inicial a título de indenização por dano moral coletivo seguramente não irá inviabilizar o serviço público de transporte coletivo, sendo, outrossim, plenamente consentâneo com a estrutura da empresa e do grupo econômico a que pertence, sendo que há tantos anos se locupleta com a permissão de serviço público precária.

Desta forma, face à gravidade das lesões provocadas pelos réus mediante condutas flagrantemente violadoras da ordem jurídica e social, tendo em conta, ainda, a capacidade econômica da empresa, bem como a finalidade da tutela jurisdicional coletiva pretendida nesta ação, impõe-se majorar o valor da indenização a que foram condenados os réus a pagar para o equivalente a, respectivamente, R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), VIPLAN Viação Planalto Limitada e Distrito Federal, consoante requerido na exordial, valor este que provocará um efeito sancionatório, preventivo e pedagógico is condizente com a triste (e inaceitável) realidade retratada nos autos.

O Ministério Público do Trabalho pleiteia, portanto, e nesses termos, a reforma parcial da r. sentença de primeiro grau.

IV) Conclusão

Diante dos fundamentos expostos, o Ministério Público pugna pela reforma parcial da sentença primária, majorando-se o valor da indenização por dano moral coletivo imposta à empresa VIPLAN Viação Planalto Limitada para R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ao

X



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Fl: 9019
IRANI PEREIRA
DA SILVA

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

03ª Vara do Trabalho de Brasília/DF

Data de Digitação: 18/02/2014 11:23

Data de Disponibilização: 19/02/2014

Data de Publicação: 20/02/2014

Processo : 0001614-13.2012.5.10.0003

Autor: Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região - Brasília/DF

Réu: Viplan Viacao Planalto Limitada

Advogado : SONIA REGINA MARQUES BARREIRO

Réu: Distrito Federal

Sentença: "DECISÃO

POSTO ISSO, decido CONHECER dos embargos de declaração opostos pelas reclamadas para, no mérito, REJEITAR os embargos do Distrito Federal e ACOLHER PARCIALMENTE os embargos da VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA, apenas para prestar esclarecimentos quanto à limitação temporal das condenações, tudo nos termos da fundamentação supra, que passa a integrar esta decisão para todos os efeitos legais

Intimem-se as partes, sendo o Ministério Público do Trabalho por mandado, na forma da lei.

Nada mais."

Certidão

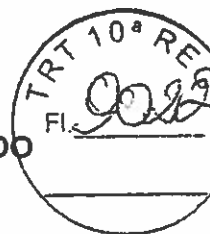
Certifico que o(a) despacho/decisão acima transcrito (a) foi encaminhado para disponibilização no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho na data indicada acima.

A data de publicação do despacho/decisão, conforme art. 4º da Lei nº 11.419/2006, será considerada o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, conforme acima discriminada.

Brasília/DF, 18/02/2014

IRANI PEREIRA DA SILVA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUÍZ FEDERAL DA MMª 03ª VARA DO
TRABALHO DE BRASÍLIA - DF



253

12 03 14 3



Processo: 0001614-13.2012.5.10.0003

VIPLAN VIACAO PLANALTO LTDA. (em recuperação judicial), nos autos do processo em epígrafe, em que tem como autor **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO**, por não se conformar com a sentença de fls., vem por intermédio do advogado infra-assinado, nos termos do art. 895 da CLT, interpor o presente

RECURSO ORDINÁRIO

na forma das razões anexas, requerendo o seu regular processamento, bem como a sua oportuna remessa ao Egrégio Tribunal *ad quem*, para os devidos fins de direito, já tendo pago o depósito recursal e as custas processuais conforme comprovam as guias anexas.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2014.

SONIA REGINA MARQUES BARREIRO
OAB/DF 9.072

VINICIUS CAVALCANTE FERREIRA
OAB/DF 32.485

EXMO. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 10ª REGIÃO – BRASÍLIA.



RECORRENTE: VIPLAN VIACAO PLANALTO LTDA.

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – PRT 10ª REGIÃO;

PROCESSO: 0001614-13.2012.5.10.0003

DOS PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS DE ADMISSIBILIDADE

As partes foram intimadas da sentença dos Embargos de Declaração no dia 20/02/2014 (5ª feira). O *dies a quo* teve como marco 21/02/2014 (6ª feira), sendo, por conseguinte, o *dies ad quem* em 28/02/2014 (6ª feira). Logo, o recurso é tempestivo.

O depósito recursal e as custas foram devidamente recolhidas por intermédio dos documentos anexos, o que comprova o preparo.

A reclamada recorre dos pedidos em que sucumbiu, estando patente o interesse recursal.

Portanto, o Recurso Ordinário merece ser conhecido.

I - BREVE RESUMO

Cuida o caso, de ação civil pública ajuizada pelo MPT por intermédio da PRT da 10ª Região, requerendo em sua causa de pedir a adoção de procedimentos visando o resguardo da saúde dos trabalhadores, a preservação do meio ambiente, com elaboração de programas tais como PPRA, PCMSO, PCA, Análise Dosimétrica de Ruído, e vários outros pedidos envolvendo essa questão de saúde e medicina do trabalho. Pede a implantação de tais programas e ainda sustenta a necessidade de fornecimento e substituição de EPI's, respeito ao limite de horas trabalhadas, instalação de silenciadores nos motores e substituição integral da frota para veículos com motores traseiros, emissão de CAT àqueles empregados que venham apresentar problemas de saúde relacionados ao trabalho em especial problemas auditivos e etc. Pede ainda a condenação, além dessas obrigações de fazer, em dano moral coletivo pelos motivos que fundamenta no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Em sentença o MM Juíz entendeu por bem em julgar procedente em parte o pedido, deferindo a antecipação de tutela, negada inicialmente, para determinar obrigações de fazer conforme posto na decisão e ainda condenar em dano moral coletivo no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Foram opostos embargos de declaração, que foram parcialmente acolhidos para prestar esclarecimentos.

II - DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA; DA IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO



A tutela antecipada requerida liminarmente e deferida em sede de sentença não deve prosperar, posto que suprime o direito da reclamada ao contraditório e ampla defesa, bem como não estão presentes os requisitos legalmente exigidos para o deferimento da medida extrema.

255

A Constituição Federal de 1988 traz em seu art. 5º, LV, as garantias constitucionais que regem o devido processo legal, consubstanciadas na ampla defesa e no contraditório.

A ampla defesa pode ser definida como o direito que a parte tem de utilizar-se de todos os meios de prova em direito admitidos (documental, testemunhal, pericial e etc.), implicando em cerceamento de defesa todo e qualquer ato que venha a obstar o exercício do referido direito.

Mais do que um direito, a ampla defesa constitui-se numa garantia constitucional, que visa proteger o cidadão das ingerências do Estado contra o indivíduo ou de um indivíduo em relação ao outro. Para a concretização desse fim, o citado instituto tem como objetivo buscar a verdade material, no intuito de que, elucidados os fatos, a justiça seja realizada em sua mais lúcida inteireza.

Segundo Alexandre de Moraes: *"por ampla defesa, entende-se o asseguração que é dado ao réu de condições que lhe possibilitem trazer para o processo todos os elementos tendentes a esclarecer a verdade..."*.

Desse modo, a finalidade da ampla defesa centra-se em esclarecer a verdade DOS FATOS.

O contraditório, por sua vez, se perfaz no intuito de garantir que as partes tenham conhecimento da prática de todos os atos e termos ocorridos no processo, por meio de ato formal de citação, notificação ou intimação, assim como que lhe seja dada a oportunidade de, em prazo razoável, se manifestar acerca do pedido formulado, produzir provas e se manifestar sobre a prova produzida pelo adversário.

Segundo o dicionário Larousse, contraditório consiste no ato ou efeito de contradizer, oposição, contestação. Desse modo, é fato insito ao princípio do contraditório a oportunidade de a parte contestar e, atualmente, por óbvio, permitir a parte recorrer da decisão desfavorável.

Acerca do princípio do contraditório vale destacar as palavras do Dr. **Gustavo Arthur Coelho Lobo de Carvalho** que assevera o adiante descrito:

"O Princípio do Contraditório contém o enunciado de que todos os atos e termos processuais (ou de natureza procedimental(1)) devem primar pela ciência bilateral das

partes, e pela possibilidade de tais atos serem contrariados com alegações e provas (2)." (artigo intitulado "Os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório e os limites de intervenção do Poder Judiciário nos partidos políticos" publicado no site: www.ius.com.br)



256

Diante desses esclarecimentos, pode-se, à toda evidência, concluir que os princípios do contraditório são, de fato, uma garantia constitucional.

Ademais, as provas trazidas pelo reclamante/autor aos autos não foram suficientes para atender os requisitos legais do artigo 273 do *Codex de Ritos* que autorizam o deferimento da antecipação de tutela, bem como as conclusões dos documentos foram tomadas de forma unilateral por técnicos da parte Autora sem qualquer participação desta Reclamada. Isto é, por serem documentos de cunho unilateral, são imprestáveis como prova.

São os seguintes os requisitos que não foram atendidos para que se concedesse a Tutela Antecipa pleiteada na peça intróito.

PROVA INEQUÍVOCA

É precisamente nas provas que constituem o instrumento por meio do qual se forma o livre convencimento do juiz, nos termos do art. 131 do Código de Processo Civil, a respeito de existência ou não dos fatos controvertidos no processo.

No dizer das Ordenações Filipinas, "a prova é o farol que deve guiar o juiz nas suas decisões sobre as questões de fato" (Apud Antonio Carlos de Araújo Cintra, Teoria Geral do Processo, p. 316).

No entender de Cândido Rangel Dinamarco: "o art. 273 condiciona a antecipação da tutela à existência de prova inequívoca suficiente para que o juiz no sentido literal do texto, seria difícil interpretá-lo satisfatoriamente porque se convença de verossimilhança da alegação. A dar peso na prova inequívoca é prova robusta que não permite equívocos ou dúvidas, infundindo no espírito do juiz o sentido da certeza e não mero verossimilhança" (In A Reforma do Código de Processo Civil, Malheiros Editores, 1995, p.143).

Assim, a prova juntada pelo reclamante, consubstanciada em exames médicos, inquéritos e etc., pode ser e foi contraposta por outras provas, cabendo, portanto, prova em contrário para a demonstração da culpa pelo suposto ato ilícito debatido no âmbito da presente ação e, nesse passo, houve a apresentação de documentação hábil por parte da Reclamada a permitir que a instalação da controvérsia desautorize o acolhimento do pedido de antecipação dos efeitos da tutela.

A Reclamada acostou aos autos PPRA, PCMSO, Análise Dosimétrica de Ruído, além de farta documentação que demonstra que o pedido de tutela, e até mesmo de mérito, deve ser enfrentado observando-se o contraditório e ampla defesa em sua mais estrita e profunda definição.

Ademais, repita-se, toda a ação está baseada em documentos antigos de cunho unilateral, eis que produzidos por técnicos da parte Autora, desprovidos de imparcialidade, e sem que esta Reclamada fosse chamada a se pronunciar sobre as conclusões ali tomadas.

Vale ressaltar, pois, de suma importância que de toda a documentação anexada pelo Autor, quase toda ela se refere a outras empresas, ainda que do mesmo grupo econômico, mas que envolvem e devem ser consideradas em uma outra situação em um outro momento, não podendo servir de base ou fundamento contra a demandada. A prova não aproveita contra quem não foi produzida.

JUÍZO DE VEROSSIMILHANÇA

Sérgio Bermudes diz que: *"É indispensável a prova inequívoca, evidente, manifesta da alegação de autor, com intensidade para convencer o juiz de que a alegação é verossímil isto é, que parece verdadeira, acentuando necessidade de prova inequívoca, suscetível de convencer da verossimilhança, a lei limita o arbítrio do juiz, que se haverá de guiar pela realidade objetivamente demonstrada no processo tanto assim que o § 1º do referido artigo, exige que, da decisão o juiz indique as razões de seu convencimento de modo claro e preciso".*

Ora, limita-se o Autor a narrar os fatos e pedir, sem, contudo, trazer suporte probatório contunde para se verificar a prova inequívoca do fato e verossimilhança do alegado.

FUNDADO RECEIO DE DANO IRREPARÁVEL OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO.

R. Reis Friede diz que: *"o denominado receio de dano há, pois, que ser objetivamente fundado, calculado, de forma mais precisa possível, pelos exames das causas já postas em existência, capazes de realizar ou operar o efeito indesejado que deve ser, por consequência, afastado." (In Medidas Liminares, Forense Universitárias, RJ, 1992, p.96).*

"Fundado receio, soa como receio justo, isto é, nascido de fatos evidentes, reais, objetivos e capazes de se transformar em realidade pernicioso." (Ulderico Pires dos Santos, Medidas Cautelares, Editora Lumen Juris, 3a edição, RJ, 1993, p. 25).

Ressalte-se que "a necessidade de servir-se do processo para obter a satisfação de um direito não deve reverter-se a dano de quem não pode ter o seu direito satisfeito senão mediante o processo (Chiovenda). No juízo

equilibrado a ser feito para evitar a transferência para o réu dos problemas do autor" (Apud. Cândido Rangel Dinamarco, Op. Cit. p.145).



Com efeito, hipoteticamente, somente se poderia cogitar de dano irreparável que viesse a possibilitar a concessão de tutela antecipada, caso tivesse provas robustas e cristalinas nos autos a formar o convencimento do julgador acerca da culpa da reclamada com relação a pretensão inicial.

258

As provas coligidas pela ora Recorrente demonstram, sem sombra de dúvida, que a questão debatida nos autos deve ser exaurida à saciedade, antes do provimento final.

Diante disso, ausente mais este requisito legal, não há a possibilidade jurídica e legal de se deferir e muito menos se manter liminarmente o pedido do reclamante deferido em sede de sentença.

Quanto a essa documentação anexada pelo Reclamante – MPT -, aliás, vale ressaltar que foi contrariada pelos documentos que compõem a defesa e, ainda que se tenha estes documentos da Reclamada por insuficientes, mas, obviamente, não inexistentes, merecendo melhorias ou reparos, portanto, trata-se de uma condição relativa e, por isso, a antecipação de tutela não se sustenta.

Volta a frisar e repetir a recorrente que foram anexados à contestação todos os programas de prevenção exigidos pela legislação e arguidos na petição inicial como PPRA, PCMSO, Análise Dosimétrica, laudos médicos, CATs e etc.

No caso, quer parecer que, na verdade, a questão está posta na valoração das provas apresentadas e neste contexto, como já antes destacado, há dúvida mais do que razoável quanto a pretensão do autor quanto ao próprio mérito, muito mais quanto ao pedido de antecipação em sede de tutela.

A rigor, a documentação colacionada pela Recorrente, extensa como afirma a sentença, nos remete aos requisitos e pressupostos do artigo 273 do CPC, que assim dispõe, *in verbis*:

“Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: (...)”

Eis aí a exigência a que deve atender o autor de qualquer demanda ao requerer a antecipação da tutela.

Salienta esta Recorrente que a prova inequívoca da verossimilhança, embora não exauriente, uma vez produzida autoriza a formação do convencimento do magistrado. Comparando a verossimilhança da alegação ao direito líquido e certo nas provas documentais produzidas,

vislumbra-se temerário e insuficiente a permitir o acolhimento do pedido de antecipação dos efeitos da tutela.



Demais, conforme notificação da Secretaria de Transportes do DF publicada na seção III, página 63, do DODF nº 230 de 05/11/2013, cuja cópia já se encontra encartada aos autos, esta Reclamada encerrou suas atividades no dia 06/12/2013 às 23h59min, para que as empresas vencedoras do certame licitatório possam entrar em operação com os novos ônibus que, diga-se de passagem, têm todos os ônibus motores dianteiros e não tem câmbio automático ou ar-condicionado.

259

Diante disso, e por todo o acima exposto, torna-se inequívoca que ausentes os pressupostos autorizadores para concessão dos efeitos da tutela antecipada, principalmente em vista da aplicação das multas impostas caso haja o descumprimento no prazo estabelecido, requer cassada a decisão que acolheu e deferiu a tutela antecipada, até porque esta Reclamada já encerrou suas atividades, assim perdendo a pretensão autoral o objeto de sua causa de pedir.

III - PRELIMINARMENTE

III.1 – ILEGITIMIDADE ATIVA DO MP – INEXISTÊNCIA DE DIREITO DIFUSOS COLETIVOS

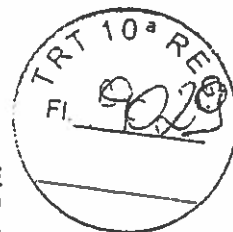
A recorrente alegou em sua contestação, preliminar de ilegitimidade ativa do órgão ministerial, questão essa que foi afastada pela r. sentença.

Argüiu preliminarmente, a Recorrente, a ilegitimidade ativa do Ministério Público do Trabalho para ajuizar a presente demanda, considerando que busca defender interesses, ao contrário do que entende a sentença, diretamente relacionados à determinada categoria ou empresa falecendo, portanto, ao órgão ministerial, legitimidade e competência para a defesa desses interesses.

Em que pese tentar justificar o autor, ora recorrido, sua legitimidade, intransponível é esse óbice, na medida em que há inequívoco desvirtuamento da ação civil pública, inserto nas próprias razões da inicial, ao tentar induzir a uma interpretação de que o procedimento empresarial por ele alegado estaria a afetar os interesses coletivos e difusos de todos os trabalhadores empregados e, apesar de não dizer explicitamente, os potencialmente empregáveis.

A Recorrente em sua contestação explicitou detalhadamente os argumentos concretos e fundamentados dessa ilegitimidade apresentando arestos da jurisprudência do C. TST, que pede vênias para destacá-los, in verbis:

"Conquanto irrefutável o cabimento da ação civil pública no direito processual do trabalho, o mesmo não se diga em relação à legitimidade, ou não, de o órgão do



Ministério Público do Trabalho ajuizá-la em defesa dos chamados interesses individuais homogêneos, questão que ainda suscita controvérsia. Comungando do entendimento abraçado pela Eg. Segunda Turma do TST, entendo que ao Ministério Público do Trabalho carece de legitimidade para o ajuizamento de ação civil pública versando sobre interesses individuais homogêneos, senão, vejamos: O artigo 129, inciso III, da Constituição da República, ao confiar ao órgão do Ministério Público a prerrogativa de propor ação civil pública, assim o fez na defesa dos – interesses difusos e coletivos. De igual modo, a Lei Complementar nº 75/93, igualmente aplicável na seara trabalhista, em seu artigo 6º, inciso VII, alínea d, dispõe que ao Ministério Público incumbe propor ação civil pública para a proteção de outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos. Apesar da referência contida na norma em apreço, a regra é destinada ao Ministério Público em geral, o da União, mais abrangente, portanto. Seria paradoxal conceber seu alcance àqueles feitos de natureza trabalhista. A estes, a Lei Complementar nº 75/93 deu norte próprio, restritivo. Com efeito, o artigo 83, inciso III, da norma complementar, ao tratar da competência do Ministério Público do Trabalho, limitou a promoção de ação civil pública, no âmbito da Justiça do Trabalho, exclusivamente, para a defesa de interesses coletivos." (TST-E-RR-596.135/99.0)

260

No caso, não se trata de defesa de interesses coletivos, mas de determinada categoria ou empresa, fora, portanto, do amparo legal conferido ao autor no uso da ação civil pública.

O juízo originário fundamentou a legitimidade do Recorrido com base em dispositivo do Código de Defesa do Consumidor. Todavia, é indiscutível que esta legislação trata de relação de consumo **ESPECIFICAMENTE**, não há possibilidade jurídica de transpô-la para o caso que ora se enfrenta. Portanto, tal legislação não se aplica à seara laboral.

Nesse passo, requer seja julgado extinto o processo sem apreciação de mérito – art. 267, VI, do CPC, indeferindo a petição inicial – art. 295, II, do CPC, caracterizada a ilegitimidade ativa do recorrido/autor para ajuizamento da ação.

III.2 - DA IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO DE DANO MORAL COLETIVO

A recorrente argüiu ainda em sede de preliminar a impossibilidade de pedido de dano moral coletivo, vez que pretende o recorrido a condenação no valor PASMEN de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Ao decidir sobre a questão, o MM Juíz sentenciante assim pautou, **in verbis:**

"A Constituição da República é guardiã não apenas de interesses individuais, mas, sobretudo, privilegia a tutela dos interesses coletivos no sentido lato, reconhecendo explicitamente a possibilidade de lesões meta-individuais, como no caso do patrimônio público e da moralidade administrativa protegidas pela ação popular (art. 5º, LXIII).

Na seara dos danos morais, o constituinte alargou essa proteção adotando o princípio da reparação integral (art. 5º, V e X).

Na trilha constitucional, o legislador ordinário ampliou o uso da ação civil pública para a reparação de danos morais e patrimoniais causados a



qualquer interesse difuso ou coletivo (art. 1º, caput e IV, da Lei nº 7.347/85), conferindo, desse modo, guarida ao chamado dano moral coletivo.
Rejeita-se.

Ao contrário do que afirmado pela decisão ora guerreada, a impossibilidade jurídica do pedido está presente tanto nos casos de vedação pelo ordenamento jurídico, como também pela inexistência desse amparo legal, ou seja, num e noutro caso a possibilidade jurídica do pedido está comprometida, de modo que não atende o disposto no artigo 267, VI do CPC, quanto ao quesito "possibilidade jurídica do pedido", o que leva incondicionalmente a extinção do processo.

O dano moral alvo da arguição é sempre individual e, conforme já exposto na contestação é o entendimento de outros tribunais trabalhistas pátrios.

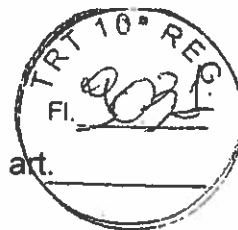
Na verdade, a decisão, mais uma vez, carece de fundamentação jurídica (artigos 832 da CLT, 458 do CPC e 93, IX da CF/88) quanto a cerne da questão posta a debate, pois a Recorrente relaciona a impossibilidade jurídica do pedido ao dano moral coletivo.

De fato, além disso, como bem decidido pelo STJ nos autos do REsp 598281/MG, o sujeito passivo é indiscutivelmente indeterminado, considerando que a pretensão inicial diz apenas que cuida de proteção de motoristas e cobradores, que na verdade representa parte dos empregados da reclamada, ora recorrente, sequer a sua totalidade, donde poderia, neste último caso, aventar possibilidade de dano moral coletivo.

Ao requerer condenação em dano moral coletivo em relação a parte do universo de empregados, até por isso, também, indefinido qual seria a coletividade a que se refere, pois obviamente, não estão integrados nesse universo os empregados da administração, como por exemplo: Departamento de Pessoal, Informática, Manutenção, Recursos Humanos, Contabilidade e etc., que não são alvo das arguições do demandante. **Ademais, nos números apresentados pela parte Autora não há o detalhamento de quantos dos trabalhadores que obtiveram benefícios previdenciários exerciam a atividade de motoristas ou cobradores, nem mesmo analisou os antecedentes ocupacionais daqueles trabalhadores, como predisposição genética ou hábitos extra-trabalho que pudessem desencadear perda auditiva.**

O pedido ministerial, ao alegar suposto dano a coletividade, não delimita que coletividade seria esta, expondo de forma genérica que todos os funcionários de tráfego estariam sendo prejudicados, mas baseia seu pedido com exames de funcionários que não trabalhavam como motoristas ou cobradores. Assim, é impossível a determinação dessa coletividade, ou seja, o sujeito passivo, e até mesmo a indivisibilidade da ofensa e da reparação.

Diante disso e dois julgados citados na própria contestação requer a extinção do processo sem resolução do mérito – art. 267, VI, do CPC,



indeferindo a petição inicial, ante a impossibilidade jurídica do pedido – art. 295, § único, III, do CPC, sendo o que desde já se requer.

IV - DO MÉRITO

Reconheceu a r. sentença a prática dos atos articulados na petição inicial dizendo que sua convicção estaria firmada na prova documental carreada pelo autor que restando devidamente comprovada nos autos o dano e o nexo causal gerado pela recorrente.

A Recorrente apresentou extensa prova documental que derruba toda a tese autoral, data vênia. Porém, entendeu o MMº Juiz em mesmo assim acolher o pleito do Recorrido.

Verifica-se que a documentação posta nos autos pelo Autor serviu de elemento de convencimento para a definição da demanda, e quanto a este aspecto, é inquestionável ressaltar que nos parece haver se equivocado na valoração dessa prova documental, uma vez que foram apresentados por esta Recorrente todos os programas devidamente implantados – PPRA, PCMSO, Análise Dosimétrica de Ruído e etc.

Como dito em contestação, a documentação apresentada na inicial decorre de elementos de convicção de fatos ocorridos supostamente nos anos de 2004/2005. Ora, a demanda foi ajuizada no ano de 2012, portanto, 07 (sete) anos após, não sendo nenhum absurdo afirmar que dita documentação já estaria alcançada até pela prescrição, além de ser unilateral, eis que sua análise e conclusão em procedimento administrativo não teve a participação desta Recorrente.

Os programas de prevenção elaborados e implantados pela Recorrente, diga-se de forma minuciosa, dão conta do atendimento a legislação e, mais do que isso, com a saúde do trabalhador, haja vista que avaliou os riscos e traçou um perfil para os programas, principalmente o PPRA, inclusive com utilização de equipamento atualizado e próprio para este fim já destacado suas especificações na contestação.

O cerne da questão está também ligado ao fato de que a exigência principal do autor é que seja a Recorrente obrigada a aquisição de ônibus com motores traseiros e, dentro deste contexto, houve a resistência da Recorrente ao afirmar que não há legislação, ou seja, amparo jurídico a obrigar essa brusca mudança, até porque, a troca de uma frota de ônibus, não se compara a troca de um mero equipamento qualquer. Ademais, como consta dos autos e é fato público e notório, esta Recorrente não mais opera no Sistema de Transporte Coletivo do DF desde 06/12/13, sendo que desde 23/12/2013 está sob intervenção do Poder Concedente.

Demais, inexistente, no ordenamento pátrio, obrigatoriedade dos ônibus desta Reclamada terem motor na traseira e/ou câmbio automático, conforme itens 10 e 11 da norma brasileira ABNT NBR 15570:2009, posto que não existem ônibus articulados ou biarticulados em sua frota. Ainda, a frota

desta Reclamada atende ao disposto no artigo 7º da resolução 811/96 do CONTRAN, pois, caso contrário, seus ônibus sequer seriam licenciados pela autoridade de trânsito, tal como dispõe o 9º da mesma norma, caso os motores não tivessem isolamento termo-acústico.



Entende a Recorrente ter havido equívoco na interpretação da questão posta a debate, a partir do momento em que a recorrente jamais afirmou ser proibido motores dianteiros, o que realmente afirmou, e isto condiz com a realidade, é que não há imposição legal a obrigar a utilização de veículos com motores traseiros, tanto que as novas empresas de ônibus que estão entrando no Sistema de Transporte Público do DF não adquiriram qualquer ônibus com motor traseiro e que sejam equipados com ar-condicionado ou câmbio-automático. **Isto é, os ônibus das novas empresas são idênticos aos desta Reclamada, somente alterando o ano de fabricação.**

263

Corroborar com o alegado o contido na sentença proferida nos autos nº 0000100-49.2013.5.10.0016 onde figuram como partes o MPT10 e a empresa Rápido Veneza, **que foi revel**, cuja causa de pedir e pedidos eram idênticos ao da presente ação. Vejamos:

"Obrigações de Fazer: Tutelas Inibitórias

O Ministério Público do Trabalho pleiteia a concessão 'in totum' não apenas dos pedidos de tutela antecipada, como também daquelas tutelas inibitórias elencadas no rol de pedidos (alíneas 'a' a 'm', fls. 112/115). Dentre elas, destacam-se: i) elaboração e implementação, em caráter efetivo, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA; ii) elaboração e implementação, em caráter efetivo, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO; iii) elaboração e implementação, em caráter efetivo, do Programa de Conservação Auditiva – PCA; iv) realização imediata de monitoramento audiométrico de todos os trabalhadores da primeira ré expostos ao risco físico ruído; v) emissão de CAT para todos os empregados que trabalhem expostos a fontes geradoras de ruído; vi) implantação imediata, nos atuais veículos da frota de ônibus, medidas de controles de engenharia, como instalação de silenciadores, enclausuramento do motor, redução de vibração das estruturas; vii) fornecimento de EPI's; viii) disponibilização, nos terminais que não os finais para passageiros, água potável e instalações sanitárias separadas por sexo e em condições adequadas de dimensionamento, higiene e limpeza; ix) aquisição de veículos novos com ar condicionado, motor traseiro, câmbio automático e direção hidráulica; entre outras medidas.

Entretanto, não se pode olvidar que, nos termos da própria petição de ingresso, há processo de licitação em curso, organizado pela Secretaria de Transportes do Governo do Distrito Federal, visando não apenas a renovação da frota de ônibus que circulam na capital federal como um todo, mas também a inserção de novas empresas que atuam no



segmento de transporte coletivo de passageiros, visando a oxigenação desse serviço público, tão precário e combalido.

Nesse contexto, cabe perquirir qual a pertinência de se imputar, por meio da tutela jurisdicional, obrigações de fazer (ou de não fazer) a uma empresa que, provavelmente, não prosseguirá na prestação desse serviço público.

A título de esclarecimento, destaco notícia veiculada no sítio 'www.brasiliaemdia.com.br' que ilustra não apenas a intervenção da segunda ré no chamado 'Grupo Amaral', conglomerado que controla, dentre outras empresas de ônibus, a primeira ré, mas também fala acerca do processo licitatório supracitado:

"A ação do Governo do Distrito Federal junto às empresas do Grupo Amaral, na última semana, começa a dar resultados. Os passageiros que moram nas cidades de São Sebastião e Paranoá contam com reforço no transporte desde segunda-feira, quando o governo garantiu 50 ônibus a mais nas ruas das duas cidades. Ao mesmo tempo, o GDF acelera a renovação global do serviço prestado na capital federal.

Duas empresas foram habilitadas para seguir na concorrência de três grandes áreas e devem ter as propostas financeiras abertas ainda neste mês. "Estamos avançando e dando prosseguimento ao processo de licitação, que é um esforço estrutural e definitivo para a população ter transporte público de qualidade, seguro e digno", declarou o governador Agnelo Queiroz, ao anunciar a conclusão de mais uma etapa da concorrência, na sexta-feira.

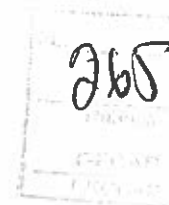
O governo assumiu no dia 25 de fevereiro o controle administrativo, operacional e financeiro das empresas de transporte coletivo Rápido Veneza, Viva Brasília e Rápido Brasília, integrantes do Grupo Amaral, para garantir que 2,44 milhões de passageiros/ mês não ficassem sem o serviço. As empresas estavam à beira do colapso.

O reforço nos ônibus é resultado da manutenção realizada pela companhia de Transportes Coletivos de Brasília (TCB) nos veículos das três empresas, sob responsabilidade do GDF, e do remanejamento de frota que estava subaproveitada em outras linhas, como as de Ceilândia e Taguatinga, pelo Transporte Urbano do Distrito Federal (DFTrans). A expectativa é oferecer mais ônibus, a partir desta semana, aos moradores de Planaltina e Sobradinho.

A frota sob responsabilidade do GDF tem recebido equipamentos básicos de segurança. Entre eles, pneus e peças para os sistemas de embreagem e de freios. Cerca de 30 mil litros de óleo lubrificante foram adquiridos para garantir as substituições dos próximos dois meses. As equipes da TCB, no entanto, já sabem que em muitos casos não haverá reparos: dos 446 ônibus das três empresas, pelo menos 140 viraram sucata. A companhia ainda trabalha para concluir o inventário das empresas



Assumir a gestão do Grupo Amaral foi o último recurso do GDF, após esgotadas as chances para que o serviço fosse ofertado integralmente. O Grupo Amaral havia se comprometido com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), no ano passado, a fazer investimentos, garantir frota e número de viagens. Mas o acordo não foi cumprido. Até o momento, todas as etapas da ação do governo com as empresas seguem dentro do que foi planejado: o transporte dos passageiros nas cidades atingidas está garantido.



Apesar do esforço para impedir que a população fique sem ônibus, o GDF informa que as mudanças definitivas no serviço ocorrerão quando a licitação que está em andamento for concluída. O governador Agnelo Queiroz anunciou, na sexta-feira, mais duas empresas habilitadas na concorrência. Elas disputam a operação de três das cinco bacias do DF (1, 3 e 4).

No total, 11 empresas participaram da última etapa da licitação. Foram habilitadas a Auto Viação Marechal Ltda e o Consórcio HP-ITA, ambas de fora do Distrito Federal. A relação das empresas habilitadas e a situação das consideradas não aptas foi publicada no Diário Oficial do DF e o processo agora está em fase de recursos.”.

Outra interessante notícia, que julgo conveniente destacar, é do próprio sítio do Distrito Federal na rede mundial de computadores (www.df.gov.br), datada de 01/04/2013, acerca desse processo de renovação do sistema de transporte coletivo da capital federal:

“Licitação do novo sistema de transporte público do DF entre em reta final.

Uma nova era no transporte coletivo deve começar nos próximos meses no DF. Os tradicionais ônibus velhos, pouco seguros, quebrados e desconfortáveis devem ser definitivamente aposentados. Em seu lugar entrará em funcionamento um renovado e completo plano de transportes, mais ágil, e inteligente. O complexo processo para licitar o novo modelo, baseado em bacias, entrou em sua reta final, com a abertura dos envelopes das empresas concorrentes da Bacia 3.

Diferentemente da estratégia atual, composto por linhas longas, demoradas e operadas por veículos sucateados, o novo método será regionalizado. São as chamadas bacias, grupo de cidades onde o serviço de transporte será prestado por uma empresa ou consórcio que, para ser habilitado, precisa provar sua capacidade de transportar os brasilienses com rapidez, comodidade e segurança. Ao todo serão cinco bacias.

Quando o processo for concluído, no segundo semestre deste ano, a capital federal terá o mais moderno



sistema de transporte público do país. Isso porque, desde dezembro do ano passado, os ônibus urbanos que entram em circulação no Brasil precisam obedecer ao padrão Euro 5, uma classificação dada a veículos mais silenciosos, confortáveis e menos poluentes. Como o DF é a única unidade da Federação com processo de licitação de parcela significativa de sua frota, os brasilienses serão os primeiros a serem beneficiados pelo padrão.

266

Conheça as cinco bacias e saiba em que etapa do processo licitatório elas se encontram.

Bacia 1

A bacia incluirá Plano Piloto, Sobradinho I e II, Planaltina, Cruzeiro, Lago Norte, Sudoeste/Octogonal, Varjão e Fercal. O Consórcio HP-ITA (GO), a Auto Viação Marechal Ltda, de Curitiba (PR) e a Viação Piracicabana, de Piracicaba (SP) foram as empresas habilitadas. Contudo, as duas primeiras estão também concorrendo às bacias 3 e 4. Como cada empresa só poderá operar uma das bacias, a expectativa é que a Viação Piracicabana seja a vencedora da Bacia 1. O envelope da empresa deve ser aberto assim que as vencedoras das regiões 3 e 4 sejam definitivamente anunciadas.

Bacia 2

Farão parte dessa bacia Gama, Paranoá, Santa Maria, São Sebastião, Candangolândia, Lago Sul, ParkWay, Jardim Botânico e Itapoã. A vencedora foi a Viação Pioneira, que já opera no DF. O contrato com o GDF foi assinado em dezembro de 2012. A empresa tem, por lei, seis meses para se adequar ao novo modelo. Assim, até o início de julho, haverá novos ônibus rodando na região.

Bacia 3

Nesse grupo estão as regiões do Núcleo Bandeirante, Samambaia, Recanto das Emas e Riacho Fundo I e II. O envelope com as propostas das duas empresas habilitadas – o Consórcio HP-ITA (GO) e a Auto Viação Marechal Ltda, de Curitiba (PR) – foi aberto na última quinta-feira (28). Os documentos estão em análise, e nas próximas semanas a empresa vencedora será conhecida. Depois desse período, a contratada terá seis meses para implantar o sistema. A expectativa do GDF é que, devido ao grande porte das duas concorrentes, a ganhadora opere antes do prazo máximo, em setembro.

Bacia 4

A quarta bacia é formada por parte de Taguatinga, do ParkWay e de Ceilândia, além do Guará e de Águas Claras. As duas empresas habilitadas são o Consórcio HP-ITA (GO) e a Auto Viação Marechal Ltda, de Curitiba (PR). Como uma das duas sairá vencedora da Bacia 3, apenas a proposta da outra será aberta. Isso deve acontecer assim que

o processo da Bacia 3 for concluído. O prazo legal para a sua operação também é de seis meses.

Bacia 5

A Bacia 5 inclui o restante de Taguatinga e Ceilândia, Brazlândia, SIA, SCIA e Vicente Pires. Em dezembro o GDF assinou o contrato com a Expresso São José, que já opera no Distrito Federal. O prazo para o funcionamento do modelo nessas regiões vai até a primeira semana de julho."

Diante do teor das notícias acima veiculadas, que bem ilustram a situação enfrentada pela primeira ré, assim como o atual estágio do processo licitatório de renovação da frota de ônibus que circulam no Distrito Federal, julgo temerário o acolhimento do pedido formulado pelo órgão do 'parquet'.

Como visto, a primeira ré, além de estar sob intervenção do próprio Distrito Federal, diante da inoperância daquela empresa em relação ao serviço público que deveria prestar com o mínimo de qualidade, não se habilitou no processo licitatório instaurado pelo ente público, sendo grande a probabilidade de, num futuro próximo, deixar em caráter definitivo a operação no sistema de transporte coletivo da cidade.

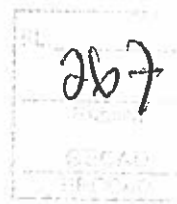
Logo, não vislumbro qualquer pertinência em se imputar à empresa ré qualquer obrigação de fazer ou não fazer, seja para cumprimento no presente momento (em caráter imediato), seja para cumprimento no futuro, tendo em vista a concreta possibilidade de se dar uma tutela jurisdicional inexecutável, além do fato de que empresa ré está em vias de deixar a prestação do serviço público que se propôs a executar.

Não obstante a louvável iniciativa do Ministério Público do Trabalho em garantir a existência de um ambiente laborativo saudável para os trabalhadores não só da primeira ré, como também de todos aqueles trabalham no interior dos ônibus que circulam nesta capital federal, com a observância de padrões mínimos de ruído, ergonomia, etc., julgo oportuno limitar a prestação jurisdicional a eventos pretéritos, que serão devidamente valorados na sequência desse julgado quando da análise do dano moral coletivo, tendo em vista a reestruturação do sistema de transporte coletivo ainda em curso.

Julgo improcedentes os pedidos de tutela inibitória, bem como os de obrigações de fazer/não fazer supra mencionados, constantes das alíneas "a" a "l" da exordial." (grifou-se)

Deste modo, vislumbra-se a impossibilidade de cumprimento de todas as obrigações de fazer constantes da r. sentença, até porque nenhuma irregularidade existe nos programa de segurança e saúde do trabalho desta Recorrente.

Da mesma forma e no mesmo sentido são as exigências pretendidas pelo Autor e em parte deferida pela sentença quanto a



enclausuramento do motor, de ar condicionado e outras mais, que no mesmo diapasão da questão relativa a motor dianteiro/traseiro, não encontra qualquer óbice na legislação, ao mesmo tempo em que também não encontra na legislação a obrigação de instalação ou de existência nos veículos.

268

É fato ainda que tais mudanças acarretam substancial despesas que dependem indiscutivelmente de planilha para levantamento de custos com tais equipamentos, o que sem dúvida alguma não foi considerado na sentença ora atacada, que em nenhum momento se preocupou com essa questão. De ressaltar ainda que quanto ao enclausuramento do motor, isto já ocorre, na própria fábrica, ou seja, a própria montadora já toma as devidas providências nesse sentido, caso contrário os veículos sequer poderiam ser licenciados pela autoridade de trânsito, como já dito.

No caso, trata-se de uma incongruência evidente o raciocínio posto na decisão, uma vez que se o poder público afirma não haver proibição para aquisição de motores dianteiros, ao mesmo tempo a sentença determina, sob pena de multa estratosférica, a renovação da frota com motores traseiros e uma outra gama de exigências que levarão a recorrente a uma falência pública, principalmente se considerarmos o prazo estipulado. Além disso, em eventual certame futuro, caso esta empresa não vá falência, essa restrição posta na sentença liquida as chances e mutila a possibilidade da concorrência da Recorrente, o que mais uma vez, revela-se incongruente e atenta contra a ordem econômica (art. 170/CF).

O próprio autor da demanda admite na exordial a inexistência de proibição e autorização para que os ônibus tenham motores dianteiros, se reportando a legislação dos Estados do Rio e São Paulo que já adotam motores traseiros. Portanto, se não há proibição, parece muito claro que o reclamante pretende por essa via judicial a decretação da proibição sem disposição legal a ampará-la.

A sentença ao assim decidir, fere e viola frontalmente o preceito constitucional estampado no artigo 5º, II, da CF/88, ao assegurar que: **"II – NINGUÉM SERÁ OBRIGADO A FAZER OU DEIXAR DE FAZER ALGUMA COISA SENÃO EM VIRTUDE DE LEI**, e se não há lei determinando que dessa forma se faça, a exigir que os veículos do transporte coletivo urbano estejam obrigados a serem equipados com motores traseiros, a sentença beira a inconstitucionalidade.

Mais do que isso, a sentença estaria a impedir que a recorrente viesse concorrer em igualdade de condições com outras empresas do mesmo ramo.

O princípio da Legalidade, previsto no art. 5º, II da Constituição Federal, limitando o Poder Público que somente poder exigir o que está previsto na lei.

Alexandre de Moraes, analisando este tema se expressa da seguinte maneira:



"O Administrador público somente poderá fazer o que estiver expressamente autorizado em lei e nas demais espécies normativas, inexistindo, pois, incidência de sua vontade subjetiva, pois na administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza (MORAES, Direito Constitucional, p.324)."

269

Discorre a sentença, extensamente, sobre o meio-ambiente de trabalho afirmando que a CF/88 dispõe sobre a importância desse ambiente de trabalho saudável fazendo alusão ao artigo 7º, XXII, quanto a redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

A r. sentença busca ainda sedimentar a decisão prolatada em dados estatísticos de custos da previdência alimentada por ilações do Ministério Público, sendo que os dados são de origem desconhecida, e não indicam precisamente quantos empregados efetivamente da empresa ora demandada teriam gerado custos a autarquia federal, muito menos há detalhamento de quantos daqueles funcionários eram motoristas ou cobradores, ou se foram analisados seus hábitos ou se tinham predisposição genética para desenvolver perda auditiva.

Vale dizer que faltou análise, por parte do MPT10, de que as perdas auditivas que tenham acometido motoristas e cobradores decorreram exclusivamente de seu trabalho nesta Empresa, sem levar em consideração as atividades anteriores exercidas pelos trabalhadores (antecedentes ocupacionais), pré-disposições genéticas a perdas auditivas, antecedentes ontológicos, queixas auditivas, hábitos, tempo de trabalho na empresa, bem como outras atividades dos trabalhadores em seus momentos de folga, como, por exemplo, utilização de fones de ouvido em alto volume, acidentes automobilísticos ou domésticos, que possam causar perdas auditivas sem nexos laborais, o que denota genericidade das afirmações ministeriais.

Como já dito, qualquer pessoa que se interesse pelo assunto descobrirá que várias são as causas de perda auditiva - além das genéticas e das relacionadas ao ruído existente no ambiente de trabalho -, como se pode ver abaixo, informações disponíveis no site http://medicosdeportugal.saude.sapo.pt/utentes/crianca/surdez_olhos_atentos_aos_ouvidos/:

1) ANTES DO PARTO

- Hereditárias;
- Malformações congênitas, adquiridas pelo embrião devido a infecções virais ou bacterianas intrauterinas (ex.: rubéola, sarampo, sífilis, citomegalovírus, herpes simplex, toxoplasmose);
- Intoxicações intrauterinas (ex.: quinino, álcool, drogas);
- Alterações endócrinas (ex.: patologias da tireoide, diabetes);



- Carências alimentares (ex.: vitamínicas);
- Agentes físicos (ex.: raios X).

2) DURANTE O PARTO

- Traumatismos obstétricos (ex.: hemorragias do ouvido interno ou nas meninges);
- Anóxia;
- Incompatibilidades sanguíneas (do fator RH que podem provocar danos no sistema nervoso central).

270

3) APÓS O PARTO E AO LONGO DA VIDA

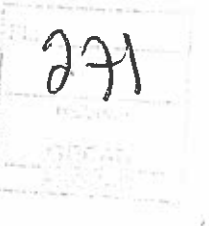
- Doenças infecciosas;
 - bacterianas (ex.: meningites, otites, inflamações agudas ou crônicas das fossas nasais e da nasofaringe);
 - virais (ex.: encefalites, varicela);
 - Intoxicações (ex.: alguns antibióticos, ácido acetilsalicílico, excesso de vitamina D que pode provocar lesão com hemorragia ou infiltração calcária nas artérias auditivas);
 - Trauma acústico (ex.: exposição prolongada a ruídos nos locais de trabalho ou em recintos de diversão; sons de elevada intensidade e de curta duração, tais como nas explosões e na caça; diferenças de pressão, como no caso dos mergulhadores).

Enquanto isso não ocorrer, o máximo que se poderá afirmar é que há indícios de que esta ou aquela atividade causam esta ou aquela doença. Mas ninguém pode ser condenado com base em meros indícios, até mesmo porque faltou especificação, por parte do MPT10, de quantos motoristas e cobradores foram acometidos por perda auditiva em decorrência de seu labor, haja vista que o Órgão Ministerial embasa suas conclusões também em exames de empregados que trabalham como mecânicos e lanterneiros, etc.

Ademais, não foram observados outros fatores que podem ter causado perda auditiva de trabalhadores, pois não há, nos autos, um único exame que descarte a possibilidade de os trabalhadores serem portadores de um gene para a surdez (causa hereditária) ou de serem portadores de alguma malformação genética; de que suas mães tenham sido acometidas de rubéola, sarampo, sífilis, citomegalovírus, herpes simplex ou toxoplasmose pouco antes ou durante a gravidez; de eles serem diabéticos ou possuírem alguma doença da tireoide; de terem sido mal alimentados na infância, na juventude ou mesmo na fase adulta; se suas mães tinham fator RH negativo, propiciando, com isso, alguma lesão no sistema nervoso central que acabou se agravando com o passar dos anos; se eles são portadores de diabetes; se sofreram alguma doença infecciosa (bacteriana ou viral), tais como meningite, otite, inflamação aguda ou crônicas das fossas nasais e da naso-faringe (todas elas causas possíveis de deficiência auditiva); de eles terem tido alguma intoxicação capaz de provocar lesão com hemorragia ou infiltração calcária nas artérias auditivas; de terem sido submetidos a algum trauma distinto daquele que pode causar o ruído dos ônibus que trabalhavam - já que não se sabe se frequentavam casas



noturnas com intenso barulho ou se, mesmo em casa, costumavam se expor a um som excessivo (seja do seu próprio aparelho de som, seja do vizinho, seja de alguma serralheria porventura existente na vizinhança, etc, etc, etc) - ; se tiveram encefalite ou varicela; se foram, enfim, acometidos por qualquer outro tipo de fator que provoque a surdez, o que mais uma vez denota genericidade das afirmações ministeriais.



Como é sabido, quando se trata de estabelecer o nexo causal entre certas doenças e a atividade profissional de alguém, o exame pericial costuma ser extremamente falho, em geral preferindo o perito apontar, de plano, o exercício das funções do trabalhador como causa das doenças por ele adquiridas, sem ter o cuidado de sequer pesquisar acerca das várias outras causas existentes. É mais cômodo e menos trabalhoso. Mas se sabe perfeitamente bem que não há a menor possibilidade de se reconhecer que determinada patologia foi, **COM CERTEZA ABSOLUTA**, adquirida no trabalho. Essa certeza só é possível nas hipóteses em que o agente patogênico somente é encontrado no ambiente de trabalho de alguém, como ocorre, por exemplo, com o mercúrio (para os garimpeiros, causando o hidrargirismo), o chumbo (para os que trabalham em indústrias que utilizam esse metal, causando o saturnismo) e o asbesto (para os que trabalham em fábricas de produtos feitos com amianto).

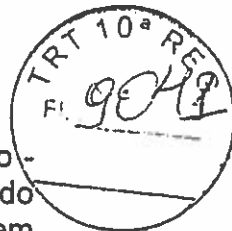
A enorme quantidade de motoristas de ônibus que acabam obtendo aposentadoria por invalidez com base em surdez adquirida no exercício de suas funções, mereceria até mesmo uma investigação mais profunda por parte do Ministério Público Federal, na medida em que não são poucas as notícias de fraudes nessa área. Não se pode esquecer, inclusive, do assassinato da médica do INSS em Minas Gerais, há cerca de seis anos, justamente porque ela não concedia, indiscriminadamente, os benefícios previdenciários solicitados por muitos empregados. A própria ANMP (Associação Nacional dos Médicos Peritos) afirmou que *"o assassinato pode estar ligado à violência contra médicos peritos da Previdência, que já relataram ameaças à Polícia Federal de pessoas interessadas em conseguir benefícios irregulares do INSS"*¹.

Nem se diga que a suposta falha ou falta de implementação de programas de prevenção a doenças profissionais possa ter sido causa de doenças auditivas, que na opinião do MPT10 acometeram motoristas e cobradores, pois a grande maioria dos funcionários desta empresa nunca tiveram problemas auditivos.

Não se pode olvidar que o ruído excessivo "pode" ser causa de deficiência auditiva. Todavia, não há como afirmar que tenha sido essa a causa da deficiência constatada nos exames de trabalhadores analisados pelo Autor. Houvesse nos autos a comprovação do descarte de todas as demais possibilidades para a patologia que podem causar perda auditiva, aí sim, poderia ser reconhecido, sem medo de errar, que o exercício das atividades de motorista e cobrador constituíram o fator indubitável para seu surgimento. Mas

¹ <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u110967.shtml>

enquanto houver uma única outra possibilidade para que isso tenha ocorrido - e, como já dito parágrafos atrás, há várias outras possibilidades - é de todo inadmissível condenar esta empresa a arcar com uma indenização, seja ela em valor ínfimo ou em valor exorbitante como o postulado nesta ação.



Demais disto, repita-se, o juízo originário, ao preferir sua sentença, se baseou em documentos e análises unilaterais, que sequer foram confirmados em juízo, seja por perícia ou outro meio idôneo, e sem que esta Recorrente participasse de sua análise/conclusão ou fosse chamada para prestar esclarecimentos. Ou seja, as provas colhidas pelo Recorrido foram assim feitas sem o devido contraditório e ampla defesa, o que viola o art. 5º, LV, CF/88.

Assim, requer seja reformada a sentença para julgar IMPROCEDENTE a pretensão posta na inicial.

IV.1 - DO VALOR DO DANO MORAL COLETIVO

A r. sentença de fl., entendendo por bem em condenar o recorrente em dano moral coletivo, arbitrou valor que, data vênica, não encontra qualquer justificativa, assim estabelecendo, *in verbis*:

"O autor, por meio de emenda à inicial de fls. 487/497, incluiu o Distrito federal no polo passivo da lide para que, na qualidade de poder concedente, responda solidariamente pelo cumprimento das obrigações de fazer pretendidas em face da empresa ré, bem como seja condenado ao pagamento de uma indenização por danos morais coletivos no valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais).

A questão deve ser analisada à luz da responsabilidade da administração pública em decorrência de danos causados por empresas permissionárias e/ou concessionárias de serviços públicos.

O contrato de concessão/permissão de serviços públicos, como no caso do transporte coletivo urbano, tem caráter formal, intuitu personae e bilateral, gerando obrigações para ambos os contratantes.

A norma constitucional, em seu art. 175, ao permitir que a administração pública delegue, por meio de concessões ou permissões, a prestação de serviços públicos, não descola do ente público a responsabilidade por esses mesmos serviços, estabelecendo o seu dever de fiscalização, na forma da lei (art. 175, § único, I, da CF).

Essa obrigação fiscalizatória, inclusive, está disciplinada no art. 30 da Lei de Concessões (Lei n. 8.987/95).

Pois bem.

Considerando que as concessionárias e/ou permissionárias prestam um serviço público, não há dúvida de que devem responder objetivamente pelo danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros, na esteira do que preconiza o §6º do art. 37 da CF.

E o poder público concedente deve responder pelos danos causados pelas concessionárias a terceiros?

Ora, cabendo ao concessionário/permissionário a observância das normas trabalhistas e previdenciárias, na esteira do art. 71 da Lei n. 8.666/93, e sendo obrigação do poder concedente fiscalizá-lo quanto ao cumprimento dessas obrigações legais, na hipótese de dano causado pelo agente público detentor da concessão ou permissão, não há como excluir o Estado da responsabilidade indenizatória, desde que evidenciado o nexo de causalidade entre o fato danoso e a conduta omissiva culposa do ente público.

Nesse mesmo sentido a lição de Yussef Said Cahali, em sua obra "Responsabilidade Civil do Estado" (4ª edição, pag. 120):

"Admissível, portanto, a responsabilidade da Administração pelos danos oriundos de comportamentos até mesmo alheios à própria prestação de serviço público, desde que demonstrado o nexo de causalidade entre o fato danoso e a conduta omissiva culposa do ente público, na fiscalização que lhe compete exercer."

A Carta Constitucional permite a delegação de serviços públicos por meio dos institutos da concessão e da permissão (art. 175). Entretanto, o particular que age nessa condição delegada assim o faz em nome do Estado que, evidentemente, permanece responsável não apenas pelos resultados, mas também pela observância da ordem jurídica na consecução do objeto da aludida concessão/permissão.

No caso vertente, resta absolutamente patente a complacência e a omissão do poder público na sua ação fiscalizatória, permitindo que seu agente, delegado na forma do art. 175 da CF para executar um serviço público, e atuando nessa condição, ofendesse valores sociais indisponíveis, garantidos por normas de ordem pública.

Evidente, pois, que a negligência estatal configurou ato ilícito, atraindo, desse modo, a aplicação do art. 927, combinado com o art. 186, ambos do CCB.

A propósito, como já repisado no item anterior, o art. 186 do CCB define o ato ilícito como toda ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, que violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral. E no caso concreto, a conduta omissiva do Estado no seu dever de fiscalização, contrária à ordem jurídica, contribuiu para a ocorrência de dano ao patrimônio moral da coletividade, evidenciando, desse modo, o nexo de causalidade ensejador da responsabilidade civil.

Cretella Júnior, em seu "Tratado de Direito Administrativo", leciona que "a omissão configura a culpa in omittendo ou in vigilando". E explica:

"[...] São casos de inércia, casos de não-atos. Se não vigia quando deveria vigiar, o agente público omite-se, empenhando a responsabilidade do Estado por inércia ou incúria do agente. Em todos os casos, culpa, ligada à ideia de inação"

A empresa ré está obrigada a indenizar pelo descumprimento das suas obrigações de empregadora, no caso, pela não observância das normas de proteção à saúde dos trabalhadores, que lesou um bem jurídico coletivo, consoante já analisado no tópico anterior. Já o Estado, na condição de poder concedente de um serviço público, contribuiu, pela sua inação fiscalizatória,

9043

para a ocorrência do dano patrimonial referido, atraindo para si a responsabilidade civil concorrente.

O art. 942 do CCB prevê a obrigação solidária pela reparação de todos aqueles cujas condutas antijurídicas concorreram para o dano ocorrido. E em se tratando de administração pública, a questão da responsabilidade também se resolve pela aplicação do §6º do art. 37 da CF, que prevê a responsabilidade do Estado na hipótese de danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros.

274

Não se pode, no entanto, cogitar de uma outra indenização por danos morais coletivos, além daquela já estabelecida na presente decisão em desfavor da empregadora, visto se tratar de um mesmo evento danoso. O que se impõe, na hipótese, é o reconhecimento da responsabilidade solidária do Estado em face da lesão causada pela permissionária de serviço público.

Registre-se, no entanto, que essa solidariedade não se estende às obrigações de fazer decorrentes do contrato de emprego, uma vez que tipicamente personalíssimas, sendo ela restrita à obrigação indenizatória por danos morais coletivos, para os quais concorreu culposamente o Estado.

Ante ao exposto, indefere-se o pedido quanto à condenação solidária do Distrito Federal em relação às obrigações de fazer devidas pela empresa ré.

Admite-se, no entanto, a responsabilidade solidária do Distrito Federal em relação ao pagamento da indenização por danos morais coletivos fixada no tópico anterior."

O esforço para condenar a recorrente simplesmente salta aos olhos, até pela completa falta de fundamentação ao arbitrar valor tão estratosférico, não havendo supedâneo para arbitrar esse valor que volta a dizer, data vênia, beira às raias do absurdo, ainda mais ante ao fato de que esta empresa está em recuperação judicial e que indubitavelmente será convalidada em falência, pois encerrou suas atividades em 06/12/13, como já dito.

A r. sentença não demonstrou um parâmetro razoável ou plausível que justificasse esse valor, não havendo qualquer indicação de onde possa ter se pautado para tanto. Demais, tal condenação levou em consideração documentos antigos obtidos em procedimentos unilaterais desprovidos de contraditório e ampla defesa, bem como por laudos de engenheiros e médicos, data vênia, desprovidos de imparcialidade, eis que componentes do MPT10, parte autora, sendo, portanto, documentos de cunho unilateral e sequer confirmados em juízo, o que denota violação aos incisos LIV e LV, do artigo 5º da CF/88.

De qualquer modo impugna-se o valor para que, em caso de manutenção de alguma condenação, o que se admite apenas por medida de cautela, a indenização deva ser fixada dentro de parâmetros moderados para que não constituam enriquecimento indevido ou mesmo uma punição injusta, devendo se achar um equilíbrio para tal fim, porquanto, o *quantum* arbitrado deve ser proporcional e dentro da lógica do razoável à lesão seja ela de que natureza for.

Apesar da grande dificuldade em estabelecer com exatidão a equivalência objetiva entre o dano e o ressarcimento, tal argumento não é razão para se fixar indenizações milionárias.

Há de ser levado em consideração fatores, tais como: a intensidade do sofrimento do ofendido, da gravidade e da natureza do dano, do grau de culpa ou dolo com que se houve o ofensor, das consequências do ato, das condições financeiras das partes, das circunstâncias e retratação espontânea etc., etc. e etc.

Essa questão da fixação do quantum permanece nebulosa, porquanto faltam parâmetros legais para tal mister. Neste caso, é imperioso que se busque socorro na mais moderna e autorizada doutrina pátria, que em conjunto com a jurisprudência já fixou a forma ideal de quantificação do dano.

Ora, a Recorrente, como já acima informado, está à beira da falência, pois teve suas atividades encerradas com a demissão de todos os seus funcionários, saltando aos olhos a indenização por dano moral coletivo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), ficando evidente a inobservância dos princípios de razoabilidade e proporcionalidade.

Desse modo, não há como manter-se os patamares atribuídos devendo, data vênia, ser reduzido, considerando, inclusive, tratar-se de empresa de transporte que não mais atua no Sistema de Transporte Coletivo do DF - STPC. Assim, requer a redução do valor atribuído ao Dano Moral Coletivo, caso tal condenação subsista, nos termos no parágrafo único do artigo 944 do Código Civil.

Assim, a se manter a condenação, o que não se admite em hipótese alguma, o valor há que ser substancialmente reduzido.

IV.2 - DA APLICAÇÃO DE MULTAS

Quanto as multas impostas, o mesmo raciocínio do tópico acima, quando do arbitramento do valor de dano moral coletivo, se aplica literalmente aos fundamentos utilizados para determinar as multas.

Como também já dito à exaustão, esta Reclamada encerrou suas atividades em 06/12/2013 para que as novas empresas que vão operar o STPC pudessem entrar em operação. Portanto, todas as determinações de obrigação de fazer contidas na petição inicial perderam completamente seu objeto, posto que inexecutáveis. O precedente trazido nesta peça coaduna com o alegado (sentença do processo nº 0000100-49.2013.5.10.0016).

Caso a r. sentença seja mantida no particular, o que não se espera, vale ressaltar que não se está a aceitar o disposto na sentença, mas apenas por medida de cautela, as multas por eventual descumprimento deverão ser arbitradas em valor mais equânime e sem dúvida, considerado apenas a ora Recorrente e seu quantitativo de empregados em vez de considerar o grupo econômico.

Ademais, com a devida vênia, o juízo sentenciante não indicou de forma específica e concreta quais determinações contidas na antecipação de tutela foram descumpridas, mesmo com a oposição de Embargos de Declaração. Portanto, a decisão é desfundamentada no particular e dificulta o direito de defesa desta Recorrente.



276

V - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, requer seja conhecido e provido o presente recurso ordinário para cassar a sentença prolatada acolhendo as preliminares suscitadas, e no mérito, acaso ultrapassadas, o que se admite apenas por cautela, seja a lide julgada improcedente, absolvendo o recorrente das condenações impostas.

Ainda por cautela, requer a cassação da sentença para julgar improcedentes os pedidos de obrigação de fazer por perda de seu objeto, bem como para arbitrar ao dano moral e multas por descumprimento – caso as obrigações de fazer sejam mantidas - em valores muito mais equânimes, em face da argumentação argüida.

Por fim, os advogados que assinam a presente declaram a autenticidade dos documentos anexos (GRU e GFIP), nos termos do artigo 830 da CLT.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2014.


SONIA REGINA MARQUES BARREIRO
OAB/DF 9.072


VINICIUS CAVALCANTE FERREIRA
OAB/DF 32.485

CAIXA



PREVIDÊNCIA SOCIAL

GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social

01 - Cód. CIEF

00 - Para uso da CAIXA

24 - Competência mês/ano
02/2014

25 - Código recolhimento
418

02 - Razão Social/Nome do Empregador
VIPLAN - VIACÃO PLANALTO LTDA

03 - Pessoa de Contato
JURIDICO

000

Telefone

33621178

04 - CCE/CMF/JCEI

00.091.702/0001-28

05 - Endereço (logradouro, n.º, andar, apartamento)
SGCV SUL CONJUNTOS 07/08

06 - Bairro/Distrito
SIA

07 - CEP

71.215.100

08 - Município

BRASILIA

09 - UF

DF

26 - OUTROS INFORMAÇÕES
Nº Processo Judicial
0001614-13.2012.5.10.0003

Vara/JCJ
03º VTB-DF

16 - Tensador de serviço (razão social)

15 - Tensador de serviço (CCE/CMF/JCEI)

14 - CNAE

13 - Aliquota SAT

12 - SIMPLES

11 - Códigos de terceiros

10 - FPA5

000

23 - Somatório (17+18+19+20+21+22)
0,00

22 - Compensação Prev. Social

21 - Recalculo eventos desp. (patrocínio)

20 - Comarc. De produção rural

19 - Valor Salarial-família

18 - Contrib. descontada empregado

17 - Valor devido Previdência Social

16 - Contrib. descontada empregado

15 - Aliquota SAT

14 - SIMPLES

13 - Códigos de terceiros

12 - FPA5

11 - Códigos de terceiros

10 - FPA5

35 - Novissatização
(Data)

34 - Nome Trabalhador

33 - Desc.

32 - Remuneração somente
parcela do 13º salário

31 - Remuneração (sem
parcela do 13º salário)

30 - Cat

29 - Carteira de
Trabalho (Nº/Série)

28 - Admissão
(data)

27 - N.º
PIS/PASEP/Inscrição do
contribuinte individual

16/08/2012

15 - Aliquota SAT

14 - SIMPLES

13 - Códigos de terceiros

12 - FPA5

36 - Nascimento
(Data)

35 - Novissatização
(Data)

34 - Nome Trabalhador

33 - Desc.

32 - Remuneração somente
parcela do 13º salário

31 - Remuneração (sem
parcela do 13º salário)

30 - Cat

29 - Carteira de
Trabalho (Nº/Série)

28 - Admissão
(data)

27 - N.º
PIS/PASEP/Inscrição do
contribuinte individual

16/08/2012

15 - Aliquota SAT

14 - SIMPLES

13 - Códigos de terceiros

12 - FPA5

36 - Nascimento
(Data)

35 - Novissatização
(Data)

34 - Nome Trabalhador

33 - Desc.

32 - Remuneração somente
parcela do 13º salário

31 - Remuneração (sem
parcela do 13º salário)

30 - Cat

29 - Carteira de
Trabalho (Nº/Série)

28 - Admissão
(data)

27 - N.º
PIS/PASEP/Inscrição do
contribuinte individual

16/08/2012

15 - Aliquota SAT

14 - SIMPLES

13 - Códigos de terceiros

12 - FPA5

36 - Nascimento
(Data)

35 - Novissatização
(Data)

34 - Nome Trabalhador

33 - Desc.

32 - Remuneração somente
parcela do 13º salário

31 - Remuneração (sem
parcela do 13º salário)

30 - Cat

29 - Carteira de
Trabalho (Nº/Série)

28 - Admissão
(data)

27 - N.º
PIS/PASEP/Inscrição do
contribuinte individual

16/08/2012

15 - Aliquota SAT

14 - SIMPLES

13 - Códigos de terceiros

12 - FPA5

36 - Nascimento
(Data)

35 - Novissatização
(Data)

34 - Nome Trabalhador

33 - Desc.

32 - Remuneração somente
parcela do 13º salário

31 - Remuneração (sem
parcela do 13º salário)

30 - Cat

29 - Carteira de
Trabalho (Nº/Série)

28 - Admissão
(data)

27 - N.º
PIS/PASEP/Inscrição do
contribuinte individual

16/08/2012

15 - Aliquota SAT

14 - SIMPLES

13 - Códigos de terceiros

12 - FPA5

36 - Nascimento
(Data)

35 - Novissatização
(Data)

34 - Nome Trabalhador

33 - Desc.

32 - Remuneração somente
parcela do 13º salário

31 - Remuneração (sem
parcela do 13º salário)

30 - Cat

29 - Carteira de
Trabalho (Nº/Série)

28 - Admissão
(data)

27 - N.º
PIS/PASEP/Inscrição do
contribuinte individual

16/08/2012

15 - Aliquota SAT

14 - SIMPLES

13 - Códigos de terceiros

12 - FPA5

36 - Nascimento
(Data)

35 - Novissatização
(Data)

34 - Nome Trabalhador

33 - Desc.

32 - Remuneração somente
parcela do 13º salário

31 - Remuneração (sem
parcela do 13º salário)

30 - Cat

29 - Carteira de
Trabalho (Nº/Série)

28 - Admissão
(data)

27 - N.º
PIS/PASEP/Inscrição do
contribuinte individual

16/08/2012

15 - Aliquota SAT

14 - SIMPLES

13 - Códigos de terceiros

12 - FPA5

36 - Nascimento
(Data)

35 - Novissatização
(Data)

34 - Nome Trabalhador

33 - Desc.

32 - Remuneração somente
parcela do 13º salário

31 - Remuneração (sem
parcela do 13º salário)

30 - Cat

29 - Carteira de
Trabalho (Nº/Série)

28 - Admissão
(data)

27 - N.º
PIS/PASEP/Inscrição do
contribuinte individual

16/08/2012

15 - Aliquota SAT

14 - SIMPLES

13 - Códigos de terceiros

12 - FPA5

36 - Nascimento
(Data)

35 - Novissatização
(Data)

34 - Nome Trabalhador

33 - Desc.

32 - Remuneração somente
parcela do 13º salário

31 - Remuneração (sem
parcela do 13º salário)

30 - Cat

29 - Carteira de
Trabalho (Nº/Série)

28 - Admissão
(data)

27 - N.º
PIS/PASEP/Inscrição do
contribuinte individual

16/08/2012

15 - Aliquota SAT

14 - SIMPLES

13 - Códigos de terceiros

12 - FPA5

36 - Nascimento
(Data)

35 - Novissatização
(Data)

34 - Nome Trabalhador

33 - Desc.

32 - Remuneração somente
parcela do 13º salário

31 - Remuneração (sem
parcela do 13º salário)

30 - Cat

29 - Carteira de
Trabalho (Nº/Série)

28 - Admissão
(data)

27 - N.º
PIS/PASEP/Inscrição do
contribuinte individual

16/08/2012

15 - Aliquota SAT

14 - SIMPLES

13 - Códigos de terceiros

12 - FPA5

36 - Nascimento
(Data)

35 - Novissatização
(Data)

34 - Nome Trabalhador

33 - Desc.

32 - Remuneração somente
parcela do 13º salário

31 - Remuneração (sem
parcela do 13º salário)

30 - Cat

29 - Carteira de
Trabalho (Nº/Série)

28 - Admissão
(data)

27 - N.º
PIS/PASEP/Inscrição do
contribuinte individual

16/08/2012

15 - Aliquota SAT

14 - SIMPLES

13 - Códigos de terceiros

12 - FPA5

36 - Nascimento
(Data)

35 - Novissatização
(Data)

34 - Nome Trabalhador

33 - Desc.

32 - Remuneração somente
parcela do 13º salário

31 - Remuneração (sem
parcela do 13º salário)

30 - Cat

29 - Carteira de
Trabalho (Nº/Série)

28 - Admissão
(data)

27 - N.º
PIS/PASEP/Inscrição do
contribuinte individual

16/08/2012

15 - Aliquota SAT

14 - SIMPLES

13 - Códigos de terceiros

12 - FPA5

36 - Nascimento
(Data)

35 - Novissatização
(Data)

34 - Nome Trabalhador

33 - Desc.

32 - Remuneração somente
parcela do 13º salário

31 - Remuneração (sem
parcela do 13º salário)

30 - Cat

29 - Carteira de
Trabalho (Nº/Série)

28 - Admissão
(data)

27 - N.º
PIS/PASEP/Inscrição do
contribuinte individual

16/08/2012

15 - Aliquota SAT

14 - SIMPLES

13 - Códigos de terceiros

12 - FPA5

36 - Nascimento
(Data)

35 - Novissatização
(Data)

34 - Nome Trabalhador

33 - Desc.

32 - Remuneração somente
parcela do 13º salário

31 - Remuneração (sem
parcela do 13º salário)

30 - Cat

29 - Carteira de
Trabalho (Nº/Série)

28 - Admissão
(data)

27 - N.º
PIS/PASEP/Inscrição do
contribuinte individual

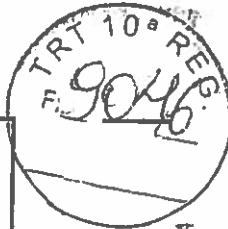
16/08/2012

15 - Aliquota SAT

14 - SIMPLES

13 - Códigos de terceiros

12 - FPA5



277

BRASILIA-DF., 21/02/2014

Local e data

Assinatura

Autenticação

CEF 392021022014059755002472

7.060,00R 1004

OBS: "GFIP de uso exclusivo para recolhimento recursal"


42 - Total a recolher FGTS
R\$ 7.060,00

40 - Rem. + 13º sal

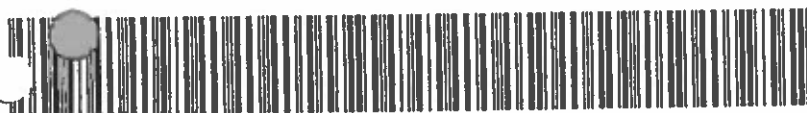
39 - Soma

38 - Somatório (Campo 32)

37 - Somatório (Campo 31)
R\$ 7.060,00

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União GRU JUDICIAL	Código de Recolhimento	18740-2
	Número do Processo	00016141320125100001
	Competência	02/2014
	Vencimento	02/2014
Nome do Contribuinte / Recolhedor: VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA	CNPJ ou CPF do Contribuinte	00.091.702/0001-28
Nome da Unidade Favorecida: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO	UG / Gestão	080016 / 00001
Nome do Requerente / Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO 10ª REGIÃO	(=) Valor do Principal	20.000,00
CNPJ/CPF do Requerente / Autor:	(-) Desconto/Abatimento	
Seção Judiciária: Vara: 03ª Classe:	(-) Outras deduções	
Base de Cálculo:	(+) Mora / Multa	
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos Pagamento Exclusivo na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil S/A [STNCD6E3875D781F3734465662AE87A5A3D]	(+) Juros / Encargos	
	(+) Outros Acréscimos	
	(=) Valor Total	20.000,00

85870000200-9 00000280187-6 40001102000-3 91702000128-4



278



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

Cópia

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DO TRABALHO DA 3ª VARA DO
TRABALHO DA 10ª REGIÃO - BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL

TRT 10R - SDF Brasília/DF 2/2
01614 2012 003 10 00 5
00.060.512/2014 22/04/2014 11:49:31
S/PROCESSO

079

REF.: PROCESSO N.º 0001614-13.2012.5.10.0003

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

RÉUS: VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA. E DISTRITO FEDERAL

O DISTRITO FEDERAL, pessoa jurídica de direito público interno, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, com o devido respeito e acatamento, por intermédio do seu Procurador que a esta subscreve, poderes *ex lege*, apresentar as presentes

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ORDINÁRIO

interposto Ministério Público do Trabalho contra a r. sentença de fls., fazendo-o com arrimo nos fundamentos de fato e de direito aduzidos doravante.

Brasília/DF, 21 de abril de 2014.


EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR
Procurador do Distrito Federal
OAB/DF nº 29.190



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ORDINÁRIO

28

Processo nº **0001614-13.2012.5.10.0003**

Autor: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

Réu: **DISTRITO FEDERAL E OUTRO**

**EGRÉGIO TRIBUNAL,
COLEDA TURMA CÍVEL,
EMÉRITOS DESEMBARGADORES,**

1. BREVE HISTÓRICO DA DEMANDA

O Ministério Público do Trabalho ajuizou a presente Ação Civil Pública em face da sociedade empresária **VIPLAN – VIAÇÃO PLANALTO LTDA.** e do Distrito Federal, formulando diversos pedidos em face dos dois réus. **A maioria dos pedidos foi de índole personalíssima e só poderiam ser cumpridos pela empresa ré.** Assim, a **única pretensão** que toca o **ente público** ora recorrente encontrava-se consubstanciada exclusivamente no seguinte pleito:

- i) condenação do Distrito Federal ao pagamento de indenização no montante de **R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)** por dano moral coletivo, porquanto supostamente a Administração Pública seria responsável, **solidária e objetivamente (!!!)**, em relação a supostos danos causados à sociedade e a trabalhadores pelas atuais permissionárias de transporte coletivo.

Na peça de ingresso, o *parquet* afirmou que os trabalhadores que atuam na prestação do serviço de transporte público coletivo rodoviário têm



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

sofrido violação à sua saúde, o que ensejaria o direito à reparação pelo dano supostamente sofrido de forma coletiva. 981

Mais especificamente, o Ministério Público do Trabalho fundamenta seu pedido indenizatório na alegação de que, por meio da realização de inquérito civil junto à empresa ré, ter-se-ia verificado danos à integridade física dos seus trabalhadores por suposta má condição do ambiente de trabalho (no caso, para motoristas e cobradores, os ônibus em circulação), especificamente devido a exposição contínua a **ruídos intensos**. Assim, sustenta o Requerente que estaria configurado dano moral coletivo "a toda a coletividade de empregados" e "à própria sociedade".

Para imputar responsabilidade ao Distrito Federal e inclui-lo no polo passivo da presente demanda, o Ministério Público do Trabalho afirmou que o ente público ora recorrente seria **solidariamente** responsável à empresa **VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA.** pelos danos supostamente causados aos trabalhadores.

Quando da contestação, o Distrito Federal suscitou diversas preliminares hábeis a obstar o conhecimento do pedido, bem como, de forma eventual, impugnou o mérito e demonstrou as razões pelas quais o pedido deveria ser julgado improcedente.

Sem qualquer fundamentação razoável, o juízo de primeiro grau afastou as preliminares suscitadas pelo Distrito Federal, bem como deixou de acolher as suas argumentações de mérito e **julgou procedente em parte o pedido para condenar o Distrito Federal ao pagamento da importância de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) a título de indenização por dano moral coletivo.**

Ao ser intimado da sentença por meio do Diário de Justiça Eletrônico, tempestivamente, o Distrito Federal opôs **embargos de declaração** alegando erro material, diversas omissões, contradições, bem como inúmeras obscuridades no *decisum*, mas a magistrada de primeiro grau, **novamente sem qualquer fundamentação**, desproveu os embargos opostos.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

000

Não se conformando com as sentenças proferidas pelo Juízo de piso e buscando a majoração da indenização por dano moral coletivo, bem como a condenação solidária do Distrito Federal, o Ministério Público do Trabalho interpôs o recurso ordinário que ora está sendo contrarrazoado.

Em uma breve síntese, era o que tinha de relevante a ser relatado.

2. DAS RAZÕES PARA IMPROVIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO DO MPT

Não obstante a admiração e o respeito nutridos pelo órgão ministerial autor, é de se destacar que a tese desenvolvida na sua peça recursal não merece prosperar, seja em relação ao capítulo que trata da majoração da indenização por dano moral, seja em relação ao capítulo que versa sobre o pedido de condenação solidária do Distrito Federal em relação às obrigações de fazer declinadas na exordial.

Em outro dizer, em que pese o esforço hercúleo feito pelo recorrente para tentar ver o seu recurso provido, a **sua pretensão recursal certamente sucumbirá** quando confrontada com a realidade fático-jurídica a seguir delineada. Vejamos:

2.1 Da impossibilidade de majoração do *quantum debeatur* em relação à indenização por dano moral coletivo.

Como dito, a sentença recorrida condenou o Distrito Federal ao pagamento de indenização por suposto dano moral coletivo no importe de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Aquela decisão, tal como minuciosamente demonstrado no recurso ordinário interposto pelo Distrito Federal, encontra-se eivada de flagrante ilegitimidade, pois não há falar-se em dever de indenizar por parte do ente público réu neste caso concreto por inúmeras razões de ordem fática e jurídica.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

283

Ora, se, **analisando o caso sob a ótica da racionalidade**, ao Distrito Federal não pode ser imputada responsabilidade pelos supostos danos sofridos, muito menos é devida a majoração da indenização pretendida pelo Ministério Público com a interposição do recurso ordinário que ora está sendo contrarrazoado.

Em outro dizer, é totalmente descabido o pedido de indenização em desfavor do Distrito Federal no caso em apreço e, com muito mais razão, é ainda mais descabido o pedido da sua majoração, tal como almeja o Ministério Público do Trabalho.

De fato, o Ministério Público do Trabalho pede que este Tribunal majore o *quantum* indenizatório de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), mas não apresenta qualquer parâmetro para que a indenização seja majorada. O MPT simplesmente pede, mas não traz aos autos qualquer elemento fático-jurídico que embase o seu pleito.

Aliás, o órgão ministerial limita-se a afirmar que a indenização estabelecida na sentença apresenta-se "módica" quando confrontada com a "grandeza do ente distrital". Ocorre que tais circunstâncias – modicidade e grandeza do ente estatal – não são bastantes em si para que o valor fixado seja majorado.

Além disso, o *parquet* não traz aos autos o mínimo argumento plausível que justifique a diferença de pedido em relação às rés. É que, há pedido expresso de majoração da condenação da empresa VIPLAN para R\$ 2.000.000,00 e do Distrito Federal para R\$ 10.000.000,00, mas não há a mínima indicação da razão de ser de tal distinção.

Ora, se, segundo as alegações do Ministério Público do Trabalho, o suposto dano moral sofrido pelos rodoviários tem origem na péssima prestação de serviço de transporte público, não há razão para se fazer distinção entre o valor devido a título de indenização por parte do Distrito Federal em relação à empresa VIPLAN.



Por outro lado, ao contrário do que alega o Ministério Público, o que consta dos autos, como já salientado, é que o Distrito Federal não deve sequer ser condenado a eventual indenização. Isto porque, como bem delimitado na contestação e no recurso ordinário distrital, falta-lhe legitimidade para figurar no pólo passivo da presente demanda, bem como não restaram demonstrados os elementos caracterizadores do dever de indenizar.

As razões que demonstram a impossibilidade de imputação de responsabilidade ao Distrito Federal em relação aos supostos danos morais coletivos sofridos pelos rodoviários encontram-se minuciosamente demonstradas no recurso ordinário distrital, razão pela qual não cabe aqui repisá-las.

O que se conclui, nesta perspectiva, é que a pretensão recursal do Ministério Público do Trabalho não merece prosperar no que se refere ao pedido de majoração da indenização por dano moral coletivo.

Mas não é só! Consoante será demonstrado adiante, também o pedido de condenação do Distrito Federal como responsável solidário – segundo capítulo do recurso ministerial – não merece prosperar. Explica-se:

2.2 Da impossibilidade de condenação do Distrito Federal à obrigação de fazer requerida na exordial

O órgão ministerial pede que o Distrito seja condenado às mesmas obrigações de fazer impostas à empresa VIPLAN quando da sentença. Para bem delimitar o tema cumpre indicar quais foram as obrigações de fazer impostas na sentença à empresa VIPLAN: implementar programa de prevenção de riscos ambientais, elaborar programa de controle médico ocupacional, emitir comunicação de acidente de trabalho – CAT, realizar nos veículos análises dosimétricas para avaliação do grau de exposição ao ruído, dentre outras prestações.

Em face dessas obrigações, o primeiro questionamento que surge é: como o Distrito Federal poderia cumprir tais obrigações? **A perplexidade ante**



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PROCAD

285

tal pedido é manifesta. Isto porque tais obrigações são, todas elas, de índole personalíssima, afigurando-se impossível ao Distrito Federal cumpri-las. Somente a empresa VIPLAN que poderá cumprir tais obrigações.

Vejam, Nobres Julgadores, como é possível, por exemplo, ao Distrito Federal "emitir determinada comunicação de acidente de trabalho - CAT"? Como é possível ao Distrito Federal elaborar e implementar o programa de controle médico ocupacional? É de todo evidente que tais atribuições somente poderão ser desenvolvidas pela VIPLAN e nunca pelo Distrito Federal, pois se tratam de obrigações personalíssimas.

Pensar de modo diverso beira ao absurdo! Isto mesmo, Eminentíssimos Julgadores, é absurdo o pedido do órgão ministerial de condenação solidária do Distrito Federal à obrigação de fazer imposta à empresa VIPLAN e que somente ela poderá satisfazê-la.

São prestações personalíssimas que somente podem ser atribuídas à empresa ré e nunca ao Distrito Federal.

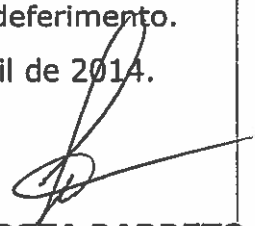
Nessa toada, é inegável que não merece provimento o recurso ordinário interposto pelo Ministério Público do Trabalho também no que se refere ao pedido de condenação solidária do Distrito Federal em relação às obrigações de fazer que só podem ser executadas por parte da empresa VIPLAN.

3. DA CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, o Distrito Federal requer e espera que, acaso conhecido o recurso, seja negado provimento, uma vez que as razões recursais não gozam do mínimo respaldo fático e/ou jurídico.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 21 de abril de 2014.


EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR
Procurador do Distrito Federal
OAB/DF 29.190



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

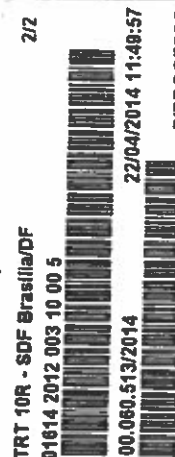
Cópia

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DO TRABALHO DA 3ª VARA DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO - BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL *286*

REF.: PROCESSO N.º 0001614-13.2012.5.10.0003

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

RÉUS: VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA. E DISTRITO FEDERAL



DISTRITO FEDERAL, pessoa jurídica de direito público, já devidamente qualificado nos autos da Ação Civil Pública em epígrafe identificada, neste ato representado pelo Procurador infra-assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, apresentar o presente

RECURSO ORDINÁRIO

para o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, por não se conformar com os termos da sentença de fls. , fazendo-o nos termos das razões anexas e requerendo, desde já, o seu conhecimento, processamento e remessa à instância revisora para julgamento.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília/DF, 22 de abril de 2014.

[Assinatura]
Edvaldo Costa Barreto Júnior

Procurador do Distrito Federal

RAZÕES DO RECURSO

Recorrente: Distrito Federal

Recorrido: Ministério Público do Trabalho

Egrégio Tribunal,
Eminentes Julgadores,
Colenda Turma,

O v. *decisum* de primeiro grau está a merecer reforma, *data venia*, consoante os fundamentos que passamos a demonstrar.

1. DA SÍNTESE DOS FATOS

O Ministério Público do Trabalho ajuizou a presente Ação Civil Pública em face da sociedade empresária **VIPLAN – VIAÇÃO PLANALTO LTDA.** e do Distrito Federal, formulando diversos pedidos em face dos dois réus. **A maioria dos pedidos foi de índole personalíssima e só poderiam ser cumpridos pela empresa ré.** Assim, a **única pretensão** que toca o **ente público** ora recorrente encontrava-se consubstanciada exclusivamente no seguinte pleito:

i) condenação do Distrito Federal ao pagamento de indenização no montante de **R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)** por dano moral coletivo, porquanto supostamente a Administração Pública seria responsável, **solidária e objetivamente** (!!!), em relação a supostos danos causados à sociedade e a trabalhadores pelas atuais permissionárias de transporte coletivo.

Na peça de ingresso, o *parquet* afirmou que os trabalhadores que atuam na prestação do serviço de transporte público coletivo rodoviário têm sofrido violação à sua saúde, o que ensejaria o direito à reparação pelo dano supostamente sofrido de forma coletiva.

Mais especificamente, o Ministério Público do Trabalho fundamenta seu pedido indenizatório na alegação de que, por meio da realização de inquérito civil junto à empresa ré, ter-se-ia verificado danos à integridade física dos seus trabalhadores por suposta má condição do ambiente de trabalho (no caso, para motoristas e cobradores, os ônibus em circulação), especificamente devido a exposição contínua a **ruídos intensos**. Assim, sustenta o Requerente que estaria configurado dano moral coletivo "a toda a coletividade de empregados" e "à própria sociedade".

Para imputar responsabilidade ao Distrito Federal e inclui-lo no polo passivo da presente demanda, o Ministério Público do Trabalho afirmou que o ente público ora recorrente seria **solidariamente** responsável à empresa **VIPLAN - VIAÇÃO PLANALTO LTDA.** pelos danos supostamente causados aos trabalhadores.

Quando da contestação, o Distrito Federal suscitou diversas preliminares hábeis a obstar o conhecimento do pedido, bem como, de forma eventual, impugnou o mérito e demonstrou as razões pelas quais o pedido deveria ser julgado improcedente.

Ocorre que, **sem qualquer fundamentação**, o juízo de primeiro grau afastou as preliminares suscitadas pelo Distrito Federal, bem como deixou de acolher as suas argumentações de mérito e **julgou procedente em parte o pedido para condenar o Distrito Federal ao pagamento da importância de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) a título de indenização por dano moral coletivo.**

Ao ser intimado da sentença por meio do Diário de Justiça Eletrônico, tempestivamente, o Distrito Federal opôs **embargos de declaração** alegando erro material, diversas omissões, contradições, bem como inúmeras obscuridades no *decisum*, mas a magistrada de primeiro grau, **novamente sem qualquer fundamentação**, desproveu os embargos opostos.

Justamente em decorrência do fato de não se conformar com as sentenças proferidas pelo Juízo de primeiro e com o objetivo claro de que seja feita justiça no caso concreto que ora se interpõe o presente recurso ordinário.

Em uma breve síntese, era o que tinha de relevante a ser relatado. Feitas tais considerações, passemos a demonstrar as razões pelas quais a sentença deve ser anulada ou, acaso mantida, deve ser reformada:

289

2. DAS PRELIMINARES DE NULIDADE DA SENTENÇA

Conforme consta dos autos, a sentença proferida ao final da fase de instrução processual foi objeto de embargos de declaração, uma vez que dotada de diversos vícios que precisavam ser corrigidos, dentre os quais **absoluta ausência de fundamentação** para repelir as preliminares suscitadas pelo Distrito Federal.

Mesmo após a oposição dos embargos declaratórios por parte do Distrito Federal, o juízo recorrido quedou-se inerte quanto aos vícios que nulificavam a sentença, razão pela qual se faz necessária a intervenção deste Egrégio Tribunal para declarar nula a sentença ora recorrida. Explica-se:

2.1 Da incompetência do juízo: cassação da sentença

Com o devido respeito, falta a este Juízo - e à Justiça do Trabalho como um todo - competência para processar e julgar a presente demanda. Explica-se:

O Ministério Público do Trabalho alega que houve dano moral coletivo "genérico" - oriundo das atuais condições de trabalho geridas pelos atuais permissionários de transporte coletivo - pelo qual deveria ser responsabilizado também o Distrito Federal, ao argumento de que o ente público teria responsabilidade solidária em relação a todos os prejuízos causados a terceiros por concessionários de serviço público e em razão da previsão do Código de Defesa do Consumidor que atribui responsabilidade solidária aos fornecedores em situações de acidentes de consumo.

Em primeiro lugar, note-se que os fundamentos utilizados pelo Requerente para tentar atribuir responsabilidade direta ao Distrito Federal **não tem qualquer relação com a legislação trabalhista**. Com efeito, veja-se que, quando a exordial prega a responsabilidade solidária do concedente, pela

natureza pública do serviço no qual os trabalhadores teriam sofrido prejuízo ou por suposta aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, **o Requerente não ampara o seu pedido indenizatório em quaisquer normas de direito do trabalho.**

290

E nem poderia ser diferente, pois o Distrito Federal não é o empregador dos motoristas e cobradores dos atuais permissionários de transporte coletivo. Observe-se, **há exclusivamente relação administrativa entre o Distrito Federal e as empresas permissionárias. Não há, por força de expressa previsão legal¹, nenhuma relação direta entre o poder concedente e os empregados dos delegatários.**

É dizer, a causa de pedir para o pleito indenizatório não diz respeito à matéria trabalhista. Não havendo relação de trabalho entre o Distrito Federal e os referidos empregados, o único fundamento pelo qual seria juridicamente possível se entender pela sua condenação seria analisando a relação administrativa firmada entre o este e a empresa de transporte também ré.

Entretanto, é pacífico na jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região que a avaliação de relações administrativas é de competência da Justiça Comum, e não dessa Justiça Especializada. Cite-se breve trecho de julgado esclarecedor em relação ao tema:

"O Ministério Público do Trabalho, muito atento e atuante, busca por meio da ação cautelar interferir no contrato administrativo existente entre Distrito Federal e os permissionários, sustentando para tanto que está a defender os interesses trabalhistas dos empregados dos permissionários, mas esta questão é adjacente à validade da Portaria 34/2008. **Não se discute a legitimidade e o**

¹ Da Lei de Concessões: "Art. 31. (...) Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, **não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.**".

Da Lei de Licitações: "Art. 71. **O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.** § 1º. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis."

interesse do Ministério Público do Trabalho. O que se está a afirmar é a incompetência desta Justiça para a matéria, porque entre os permissionários e o Distrito Federal não há contrato de trabalho, mas uma relação administrativa. Com efeito, a competência para julgar o Mandado de Segurança é desta Justiça porque a autoridade coatora é uma Juíza do Trabalho, contudo, esta competência funcional não se confunde com a competência em relação a matéria, que impede a análise do ato administrativo.

(...)

A Justiça do Trabalho não tem competência para decidir sobre relação da Administração Pública com seus permissionários, ainda que a decisão administrativa atinja os direitos trabalhistas dos empregados dos permissionários. A relação do permissionário com o Distrito Federal é administrativa. A relação do permissionário com os seus empregados é trabalhista. Não se pode acionar diretamente o Distrito Federal para preservar direitos trabalhistas, porque não há nenhuma relação entre ele e os empregados dos permissionários."

(TRT10 - 00334-2008-000-10-00-4 MS (AG) - 2ª Seção Especializada - Acórdão redigido pela Exma. Juíza Cilene Ferreira Amaro Santos - Julgado em 02/09/2008 - grifou-se)

Em segundo lugar, cumpre atentar que os fundamentos enunciados pelo Ministério Público Obreiro segundo os quais a Justiça do Trabalho seria competente para apreciar o pedido em comento não são suficientes para afastar a argumentação ora exposta.

É que a competência da Justiça Trabalhista é estrita ao processamento de ação em que se discute a relação empregado vs. empregador, em ato decorrente da relação de trabalho. ***In casu*, não se trata de demanda movida nem por empregados** (foi movida pela Procuradoria Regional do Trabalho, representando um dano que seria contra toda a sociedade) ***nem contra os respectivos empregadores, tampouco fundada em ato decorrente da relação de trabalho entre as partes***, porque não há relação de trabalho entre

o Distrito Federal e os referidos trabalhadores. Por idênticas razões, **afasta-se a aplicação do Verbete n.º 327 do Tribunal Superior do Trabalho.**

Diante do exposto, requer seja **cassada a sentença**, reconhecendo-se a **incompetência absoluta da Justiça do Trabalho** quanto à análise da pretensão indenizatória deduzida pelo *parquet* em relação ao Distrito Federal - questão que só pode ser apreciada pela Justiça Comum -, **extinguindo-se o processo sem resolução de mérito, com fulcro nos arts. 113 e 267, inciso IV, do Código de Processo Civil.**

2.2 Da reunião de processos em decorrência da conexão: cassação da sentença.

A sentença recorrida afastou o pedido de reunião de processos em decorrência da **conexão** ao argumento de que *"a ação movida perante a 15ª Vara do Trabalho de Brasília, ainda que coincida parcialmente quanto às partes, trata de questão absolutamente distinta da versada no presente feito, como se pode deduzir da própria preliminar"*.

Equivocou-se, mais uma vez, o juízo de primeiro grau. É que, a teor do **artigo 103 do Código de Processo Civil**, haverá conexão quando for comum entre as ações o objeto **ou** a causa de pedir. Percebam, Nobres Julgadores, que o dispositivo em comento não impõe a coincidência de partes em momento algum, **bastando apenas que ou o objeto ou a causa de pedir sejam comuns** entre as ações supostamente conexas.

Em outro dizer, **não é nem necessário que haja identidade de partes**, tal como lançado pelo juízo *a quo* na sentença recorrida. A identidade de partes, como elemento da ação que é, somente é exigida quando está-se falando de coisa julgada e litispendência, mas **nunca para se examinar se há conexão entre ações.**

Desse modo, é inegável que laborou em equívoco o juízo de primeira instância ao afastar a alegação de conexão lançada pelo Distrito Federal quando da contestação, uma vez que criou óbices inexistentes nas regras comezinhas de direito no que se refere ao instituto da conexão entre as ações.

Vejamos as razões que denotam a existência de conexão no caso e, portanto, a **sentença deve ser cassada**, permitindo o julgamento simultâneo pelo juiz considerado preventivo: 293

Nos termos do artigo 103 do Código de Processo Civil, dispositivo este que, como visto, é perfeitamente aplicável ao caso, duas ou mais demandas serão consideradas conexas quando for comum o objeto **ou** a causa de pedir. Basta que entre as causas sejam comuns os objetos **ou** a causa de pedir, sendo **desnecessária** a identidade de partes, da causa de pedir e do pedido.

Tendo por base tal premissa, é de se constatar que a presente demanda é conexa com a ação que foi distribuída em **30 de julho de 2012** para a **15ª Vara do Trabalho** do Tribunal Regional do Trabalho desta Região e que foi tombada sob o n.º **0001566-18.2012.5.10.0015**.

Afirma-se isso, pois naqueles autos judiciais a demanda foi proposta pelo Ministério Público do Trabalho em desfavor do Distrito Federal (**identidade de partes**); o objeto da pretensão lá formulada é, dentre outros pleitos, a indenização por suposto dano moral coletivo (**identidade de objeto**); e, por fim, a causa de pedir naqueles autos é suposta violação à integridade física dos trabalhadores (**identidade de causa de pedir**).

Em outras palavras, Nobres Julgadores, **ainda que não seja necessária a identidade de todos estes elementos da ação** para que a conexão seja verificada, há grande similitude entre o caso dos presentes autos e a demanda proposta nos autos de n.º **0001566-18.2012.5.10.0015**, atraindo, assim, a aplicação do art. 105 do Código de Ritos, uma vez que houve perfeita subsunção da norma encartada no art. 103 daquele mesmo Diploma Legal.

Vejam, Excelências, Conforme se observa da petição já constante dos autos, **há manifesta conexão** entre aquela demanda existente na 15ª Vara do Trabalho e a que ora está e curso, uma vez que, ainda que não fosse necessário:

(i) **há identidade de partes:** em ambos os casos o Ministério Público do Trabalho propôs ação em desfavor do Distrito Federal;

(ii) **a causa de pedir** na presente demanda está **contida** naquela em trâmite da 15ª Vara do Trabalho.

Isto porque, naquele feito, além de haver impugnação ao procedimento licitatório instaurado pelo Edital n.º 01/2011-ST/DF, **pede-se também** a condenação do Distrito Federal em indenização por suposto dano moral coletivo, **valendo-se o *parquet* de suposta falha na fiscalização das empresas permissionários do serviço de transporte coletivo por parte do Distrito Federal** (causa de pedir). 294

(iii) **O pedido** formulado na presente demanda também **está contido** do que fora formulado perante a 15ª Vara do Trabalho. **Em ambos os casos, pede-se que o Distrito Federal seja condenado ao pagamento de indenização por suposto dano moral coletivo** com base nos mesmos fundamentos.

Em conclusão, a **competência deveria ser declinada para o Juízo da 15ª Vara do Trabalho**, pois as ações são conexas e aquele órgão jurisdicional foi quem **primeiro despachou**. A medida se impõe a fim de que sejam **evitadas decisões conflitantes**.

A cassação da sentença é medida que se impõe!

2.3 Da nulidade da sentença: ausência de fundamentação (*error in procedendo*)

O dever de fundamentação do magistrado quando da prolação de decisões, longe de ser uma mera formalidade, é uma forma de se evitar arbitrariedades e garantir a democratização do judiciário.

Ademais, a própria Constituição da República, no inciso IX do artigo 93, impõe que a fundamentação das decisões judiciais é um requisito indispensável para sua validade, devendo estar presente em todas elas, sob pena de nulidade, *in verbis*:

"Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

(...)

*IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e **fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade**, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;*"

295

Ocorre que a **decisão** ora recorrida, mesmo após o manejo dos embargos declaratórios, **continua desprovida de fundamentação** e tal circunstância contraria o que dispõe o **inciso IX do artigo 93 da Constituição da República**, tornando-a nula.

Além de desprover de forma equivocada os declaratórios opostos pelo Distrito Federal, **errou** mais uma vez o juízo de primeiro grau ao consignar na sentença que julgou os embargos de declaração opostos o seguinte: **"Releva destacar que não cabe ao juízo debater na sentença todos os argumentos da parte, mas decidir de forma fundamentada as questões postas na lide"**.

Ora, Nobres Julgadores, é **regra básica** de direito processual que o juiz não está obrigado a examinar todas as alegações feitas pela parte **se for acolher a sua alegação, mas está sim obrigado a manifestar-se sobre cada fundamento apresentado se for repelir o seu pleito, sob pena de negar a prestação da atividade jurisdicional**.

Pensar de forma diversa, tal como fez equivocadamente o juízo de primeiro grau, é ferir de morte a garantia fundamental e o princípio da inafastabilidade da jurisdição, que se encontra encartado no **inciso XXXV do artigo 5º da Constituição da República**.

Pois bem, restando claro que é **obrigação sim do magistrado enfrentar toda a argumentação expendida pela parte na hipótese de não acolher o pleito**, passemos a elencar ponto-a-ponto os excertos da decisão recorrida que demonstra a sua ausência de fundamentação.

Para tanto, utilizar-no-emos da seguinte técnica: alegação feita pelo Distrito Federal quando contestação *versus* consignação lançada na sentença recorrida em relação ao tema.

296

a) Alegação do Distrito Federal de ilegitimidade passiva em virtude de atribuição legal dos auditores-fiscais do trabalho para fiscalizar o meio ambiente do trabalho.

No ITEM "2.2" da contestação, o Distrito Federal alegou que seria parte ilegítima para figurar no polo passivo da presente demanda, ao argumento de que é atribuição da União, por meio dos auditores-fiscais do trabalho, fiscalizar o meio ambiente do trabalho, tal como dispõe o artigo 11, I, da Lei n.º 10.593/02 e artigo 626 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e não seria atribuição do Distrito Federal fazê-lo.

Vejam, Excelências, o que foi lançado na sentença acerca dessa alegação:

"Ao sustentar a sua ilegitimidade para integrar o polo passivo da lide, aduzindo não ser detentor da responsabilidade que lhe é imputada na exordial, o Distrito Federal confunde condição da ação com a questão de mérito que envolve a controvérsia.

A legitimidade passiva, assim como as demais condições para o exercício do direito de ação, deve ser analisada no plano abstrato, considerando a situação em tese suscitada pelo autor.

Pretendendo-se a condenação do Distrito Federal nas obrigações estatuídas na peça vestibular, cabe a ele, legitimamente, compor o polo passivo da lide para estabelecer o contraditório, ficando para análise de mérito a questão pertinente à responsabilidade invocada.

Desse modo, rejeita-se a preliminar."

Como se vê, o juízo de primeiro grau afirma que trataria da questão relativa à ilegitimidade passiva quando do exame do mérito da questão. Todavia, o magistrado não escreveu uma linha sequer acerca do argumento trazido pelo Distrito Federal segundo o qual a responsabilidade para fiscalizar o meio ambiente de trabalho é da União, por meio dos auditores-fiscais do trabalho, e não do Distrito Federal.

Opostos embargos de declaração, o juízo recorrido em nada alterou a sua decisão quanto ao ponto.

Como se vê, Nobres Julgadores, o magistrado prolator da sentença ora recorrida **não enfrentou o tema**, limitando-se a afirmar que o fato de o Distrito Federal "confundiu" mérito com condições da ação, mas em momento algum fundamentação a sua decisão quanto ao ponto, seja como questão prejudicial, seja como questão de mérito (!!!!!!!).

Em momento algum o magistrado **refutou** a alegação de que seria **atribuição da União e não do Distrito Federal a fiscalização do meio ambiente do trabalho**. **Em momento algum o magistrado declarou a inconstitucionalidade dos artigos 11, I, da Lei n.º 10.593/02 e 626 da CLT, para deixar de aplicá-los.**

Em outro dizer, **não trouxe o Ilustre Magistrado qualquer fundamentação para os autos, nem para afastar, nem para acolher**, a alegação de ilegitimidade passiva do Distrito Federal em decorrência da atribuição imposta por lei à União

Diga de passagem, que ainda que o magistrado tivesse convencimento formado no sentido de que tal tema não deveria ser discutido no âmbito das preliminares, mas sim como questão de mérito, **deveria ele expressamente se posicionar sobre o tema**, mas ele assim não agiu. Simplesmente negou vigência aos dispositivos citados.

Assim, **ausente a fundamentação** quanto ao ponto, **nula é a decisão ora recorrida**, haja vista ter laborado o juízo *a quo* em manifesto *error in procedendo*.

b) Alegação do Distrito Federal de ilegitimidade passiva em virtude da competência de fiscalização dos ônibus ser do DFTRANS, autarquia, que, portanto, possui personalidade jurídica própria.

No item "2.3" da contestação, o Distrito Federal legou que também seria parte ilegítima para figurar no polo passivo da presente demanda, uma vez que existe na Administração Indireta Distrital uma autarquia criada especificamente para fiscalizar a prestação do serviço de transporte público coletivo rodoviário aos usuários do sistema, qual seja, o DFTRANS.

Como bem descrito na contestação, o DFTRANS é uma autarquia distrital que, portanto, possui personalidade jurídica própria e que foi criada com objetivo precípuo de fiscalizar a prestação de serviço público de transporte coletivo. Isto é, ainda que se admitisse que a atribuição para fiscalizar o meio ambiente do trabalho estivesse dentro da esfera de atuação do Distrito Federal e não no âmbito da União, somente o DFTRANS poderia fazê-lo, razão pela qual somente esta autarquia teria legitimidade para figurar no polo passivo da presente demanda.

Ocorre que, mais uma vez, o **juízo recorrido não se desincumbiu do ônus de enfrentar o tema** para, querendo, repeli-lo. O magistrado de primeiro grau **não escreveu uma linha sequer sobre o assunto, passando a largo de qualquer espécie de fundamentação** para decidir o tema.

Mesmo após a oposição dos embargos de declaração, o juízo recorrido ficou-se silente sobre o tema.

Nessa perspectiva, Nobres Julgadores, também por esse motivo, não resta dúvida de que a **sentença deve ser declarada nula por absoluta ausência de fundamentação** quanto ao ponto em comento.

c) Alegação do Distrito Federal de ilegitimidade passiva em virtude da impossibilidade de condenação direta de forma solidária do Distrito Federal

No item "2.4" da contestação, o Distrito Federal alegou que, ao contrário do quanto sustentado pelo Ministério Público do Trabalho, o caso não seria hipótese de responsabilidade solidária, mas sim, quando muito, subsidiária. Isto é, alegou-se que, a teor do que dispõe o §1º do artigo 71 da Lei nº 8.666/93, é vedada a responsabilização do ente público em decorrência dos serviços prestados por terceiros que possuam vínculos jurídicos com a Administração.

Quando da sentença, assim como fez com as demais alegações do Distrito Federal, o juízo recorrido não fez qualquer menção quanto ao ponto, restando ausente qualquer fundamentação ou decisão sobre o tema. Opostos os embargos de declaração, o vício permaneceu.

Assim, também por decorrência da sua total omissão, **a sentença deve ser declarada nula por absoluta falta de fundamentação.**

d) Alegação do Distrito Federal quanto à Teoria da Responsabilidade Civil do Estado aplicável ao caso.

O Distrito Federal instou o juízo recorrido, por meio dos embargos de declaração, a se manifestar acerca de qual a Teoria da Responsabilidade Civil do Estado de que se valeu para condenar o Distrito Federal ao pagamento do *quantum* indenizatório consignado na sentença.

Longe de ser um mero capricho do subscritor na presente peça, a indicação de qual a Teoria aplicável ao caso é de suma importância para viabilizar a defesa do Distrito Federal, já que, conforme o caso, deveria ser investigado se seria necessária ou não a comprovação do elemento subjetivo (culpa lato sensu) por parte do autor.

Ocorre que o magistrado de primeiro grau nada disse sobre o tema, limitando-se a registrar, após os embargos declaratórios, que a sentença imputou responsabilidade mediante culpa ao Distrito Federal, mas não há uma linha sequer na sentença em que tal afirmativa possa ser confirmada.

Nessa perspectiva, **também por esse motivo a sentença deve ser declarada nula**, pois mais uma vez **não foi observado o dever de fundamentação inerente à atividade judicante**

200

3. DAS RAZÕES PARA REFORMA DA SENTENÇA E EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO

Embora seja certo o acatamento das alegações supra e, em consequência disso, os autos deverão retornar à primeira instância para que o magistrado de primeiro grau passe a fundamentar a sua decisão, cumpre ao Distrito Federal demonstrar as razões pelas quais, acaso ultrapassadas as alegações de nulidade da sentença, o que se admite somente para argumentar, o processo deve ser extinto sem resolução de mérito em relação ao ente público ora recorrente:

3.1 - DA ILEGITIMIDADE PASSIVA DO DISTRITO FEDERAL: ATRIBUIÇÃO DA UNIÃO DE FISCALIZAR O TRABALHO

A sentença merece ser reformada para reconhecer a **ilegitimidade passiva** do Distrito Federal em decorrência da sua total ausência de atribuição para fiscalizar o meio ambiente de trabalho. Explica-se:

O pedido de indenização por dano moral coletivo decorre de inquéritos civis que teriam apurado a ocorrência de danos à integridade física dos trabalhadores dessas empresas por suposta má condição do ambiente de trabalho (no caso, para motoristas e cobradores, os ônibus em circulação), especificamente devido a exposição contínua a ruídos intensos.

Assim, sustenta o órgão ministerial que estaria configurado dano moral coletivo sendo também responsável, quanto à respectiva indenização, o Distrito Federal, ao argumento de que este deteria responsabilidade solidária e objetiva em relação a todos os danos causados por delegatários de serviços públicos, especialmente por ter se omitido na fiscalização quanto às condições de trabalho dos motoristas e cobradores.

Contudo, pertence à **União**, por intermédio do **Ministério do Trabalho**, o **dever de fiscalizar as condições de segurança do trabalho** e, conseqüentemente, o de aplicar penalidades pelo descumprimento às respectivas normas, atribuição que decorre do poder de polícia, consistente em atividade limitadora do exercício de direitos individuais em benefício do interesse coletivo.

Com efeito, a fundamentação legal da inspeção do trabalho é inicialmente encontrada na Constituição Federal de 1988: "**Art. 21. Compete à União - Inciso XXIV - organizar, manter e executar a inspeção do trabalho**"

Também a Consolidação da Lei do Trabalho, em seu art. 626 e seguintes prevê a competência do Ministério do Trabalho para fiscalizar o fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho:

*Art. 626 "Incumbe às autoridades competentes do Ministério do Trabalho, ou àquelas que exerçam funções delegadas, a **fiscalização do fiel cumprimento das normas de proteção ao trabalho.**"*

Além disso, no exercício de sua competência privativa para legislar e exclusiva para fiscalizar, a União editou a **Lei nº 10.593, de 06 de dezembro de 2002**, dispondo sobre a organização da Carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho. **No art. 11**, este diploma legislativo enumerou as competências administrativas desses servidores federais, *in verbis*:

*Art. 11. Os ocupantes do cargo de **Auditor-Fiscal do Trabalho** têm por **atribuições** assegurar, em todo o território nacional:*

*I - o **cumprimento de disposições legais e regulamentares, inclusive as relacionadas à segurança e à medicina do trabalho, no âmbito das relações de trabalho e de emprego;***

*II - a **verificação dos registros em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, visando à redução dos índices de informalidade;***

III - a verificação do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, objetivando maximizar os índices de arrecadação;

IV - o cumprimento de acordos, convenções e contratos coletivos de trabalho celebrados entre empregados e empregadores;

V - o respeito aos acordos, tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário;

VI - a lavratura de auto de apreensão e guarda de documentos, materiais, livros e assemelhados, para verificação da existência de fraude e irregularidades, bem como o exame da contabilidade das empresas, não se lhes aplicando o disposto nos arts. 17 e 18 do Código Comercial.

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará as **atribuições privativas previstas neste artigo**, podendo cometer aos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal do Trabalho outras atribuições, desde que compatíveis com atividades de auditoria e fiscalização. (Grifos Nossos).

Nos ditames do artigo supracitado, os **Auditores-Fiscais do Trabalho**, servidores de carreira da União, gozam de **atribuições privativas para fiscalizar o cumprimento das disposições legais e regulamentares no âmbito das relações de trabalho**, em todo o território nacional.

Portanto, a inspeção do trabalho - que é sinônima de fiscalização do trabalho - não pode ser atribuída a órgãos estaduais, municipais ou distritais, sob pena de violação do sistema de competências estabelecido na Constituição de 1988.

É inegável, portanto, que a fiscalização ou a ausência dela, alegada pelo Ministério Público do Trabalho, é de **responsabilidade exclusiva da União**, por intermédios dos órgãos constituídos do Ministério do Trabalho e Emprego.

Mas não é só!

No julgamento da **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.893**, de Relatoria do Ministro Carlos Velloso, o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade de norma estadual que estabelecia política de proteção à saúde do trabalhador.

Naquela ocasião, o Relator adotou como fundamento o parecer do Procurador-Geral da República, proferido nos termos seguintes:

"Observa-se que o legislador estadual utilizou-se de maneira equivocada de sua competência supletiva para inserir à idéia de 'saúde', abordada no inciso XII, do mencionado art. 24, a saúde no ambiente do trabalho, matéria esta eminentemente trabalhista, prevista no art. 22, § 1º, como de competência privativa da União. A toda evidência, a Lei impugnada viola os arts. 21, XXIV e 22, I, da Carta Federal, pois os temas atinentes à segurança e à saúde do trabalhador estão insertos no conteúdo do Direito do Trabalho, somente podendo ser objeto de legislação estadual em caso de delegação de competência da União para os Estados, por meio de lei complementar devidamente aprovada pelo Congresso Nacional. Quanto à inspeção do trabalho, não há dúvida de que tal atribuição não assiste ao Estado, mesmo sendo este participante do Sistema Único de Saúde - SUS, pois o art. 200, inciso VIII, expõe claramente sua condição de colaborador para a proteção do meio ambiente de trabalho, sendo a regulamentação, a fiscalização e o controle das ações e serviços de saúde, reservados à Lei, conforme preceitua o art. 197, da Constituição Federal. Cabe ressaltar que a Lei 8.080/90, que regula o art. 197, da Carta Federal, não confere competência aos Estados para legislar sobre a proteção da saúde do trabalhador ou disciplinar a inspeção do trabalho" (DJ 4.6.2004 - grifos nossos).

Em outra oportunidade, o **Supremo Tribunal Federal**, por ocasião do julgamento da **ADI nº 953**, também assentou que em matéria de fiscalização do trabalho somente a União pode legislar e implementá-la, *in verbis*, segue a ementa:

304

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 417, DE 02.03.93, DO DISTRITO FEDERAL. ARTS. 21, XXIV E 22, I DA CF. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO DO TRABALHO. **COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA IMPLEMENTAR AÇÕES FISCALIZATÓRIAS NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO.** É pacífico o entendimento deste Supremo Tribunal quanto à inconstitucionalidade de normas locais que tenham como objeto matérias de competência legislativa privativa da União. A norma sob exame, ao criar regras e prever sanções administrativas para se coibir atos discriminatórios contra a mulher nas relações de trabalho, dispôs sobre matéria de competência legislativa outorgada à União. **Viola, ainda, o diploma impugnado, o art. 21, XXIV, da CF, por atribuir poder de fiscalização, no âmbito do trabalho, a ente da Federação que não a União.** Ação direta que se julga procedente, para se declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 417/93, do Distrito Federal. (ADI 953, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Tribunal Pleno, julgado em 19/03/2003, DJ 02-05-2003 PP-00025 EMENT VOL-02108-01 PP-00036)14 (Grifos Nossos)

O que se quer demonstrar com isso, Excelência, é que por esse motivo **ao Distrito Federal falta legitimidade para figurar no polo passivo da presente demanda**, devendo toda e qualquer responsabilidade em decorrência da ausência de fiscalização no meio ambiente do trabalho ser atribuída à União.

Assim, diante da **ilegitimidade passiva do Distrito Federal**, impõe-se a **extinção parcial do presente processo com relação ao ente público**, sem julgamento de mérito, nos termos do **art. 267, VI do CPC**.

3.2 - DA ILEGITIMIDADE PASSIVA: A COMPETÊNCIA DA FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA É DO DFTRANS

De igual forma, a sentença merece ser reformada para se reconhecer a ilegitimidade passiva do Distrito Federal em decorrência da existência de autarquia, no âmbito da Administração Indireta Distrital, criada para gerir e fiscalizar o sistema de transporte coletivo distrital, qual seja, DFTRANS

Expliquemos melhor:

O Distrito Federal, por meio da Lei n.º 241, de 28 de fevereiro de 1992, criou a autarquia então denominada Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal (DMTU/DF). Esta nomenclatura foi posteriormente alterada pelo Decreto n.º 23.902, de 11 de julho de 2003, passando aquela autarquia a se chamar DFTRANS.

O art. 2º do citado ato normativo é cristalino ao dispor acerca das atribuições do DFTRANS. Segundo aquele dispositivo, na **condição de órgão gestor do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF**, as atribuições do DFTRANS são as seguintes: (i) planejar e avaliar a caracterização da demanda e da oferta de serviços de transporte coletivo; (ii) elaborar os estudos dos custos de serviços e dos níveis tarifários; (iii) **gerir, controlar e fiscalizar a prestação dos serviços de transporte coletivo**, bem como a administração e operação dos terminais.

Como se vê, é atribuição do DFTRANS, exclusiva, diga-se, na condição de órgão gestor do sistema de transporte coletivo distrital, **gerir, controlar e fiscalizar a prestação dos serviços de transporte coletivo**. Isto é, não compete ao Distrito Federal, mas sim ao DFTRANS fiscalizar a prestação dos serviços de transporte público coletivo distrital.

Como dito acima, o DFTRANS é uma **autarquia** e, como tal, possui personalidade jurídica, podendo, assim, ser responsabilizada pelos seus próprios atos.

No caso dos autos, o órgão ministerial imputa responsabilidade solidária (!!!) ao Distrito Federal pelos supostos danos causados à integridade física dos trabalhadores em decorrência da *"culpa in elegendo e ao desconhecimento e descaso que demonstra quanto à péssima realidade da prestação dos aludidos serviços e ao adoecimento em massa de cerca de metade dos motoristas e cobradores do transporte público distrital"* – palavras extraídas da própria exordial.

Ora, Nobres Julgadores, a parte autora já sinaliza na peça de ingresso que o suposto dano aos obreiros adveio de **omissão estatal ao deixar de fiscalizar a prestação do serviço de transporte coletivo**.

Ocorre que, como se viu, existe uma autarquia distrital que foi criada com a função específica de **gerir, controlar e fiscalizar a prestação dos serviços de transporte coletivo**. Ou seja, em que pese o esforço hercúleo do Ministério Público do Trabalho em atribuir responsabilidade ao Distrito Federal pelos supostos danos causados aos trabalhadores, tal premissa não se sustenta quanto confrontada com a lei que cria o DFTRANS. 206

Em outras palavras, repita-se à exaustão, por ser **atribuição exclusiva do DFTRANS** a fiscalização do sistema de transporte coletivo distrital, eventual responsabilidade por suposto dano moral coletivo – o que se admite somente para argumentar -, tal como aduz o Ministério Público do Trabalho, somente poderá ser imputada ao DFTRANS e **nunca ao Distrito Federal**.

De forma dedutiva e ainda mais didática, Excelências, há de ser afirmado, sem qualquer risco ao cometimento de equívoco, que: o **Distrito Federal não possui legitimidade para figurar no polo passivo da presente demanda**.

Nessa linha de raciocínio, por **faltar ao Distrito Federal legitimidade para figurar no polo passivo da demanda ora em curso**, é de se reconhecer que o **autor é carecedor de ação**, devendo, assim, o **processo ser extinto sem resolução do mérito**, ao menos em relação ao ente ora contestante, tal como dispõe o **artigo 267, VI, do CPC**, de aplicação subsidiária ao processo trabalhista.

Continuemos...

3.3 – DA ILEGITIMIDADE PASSIVA: IMPOSSIBILIDADE DE CONDENÇÃO DIRETA DE FORMA SOLIDÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Há de ser dito ainda que ainda há um outro argumento para que seja reconhecida a ilegitimidade do Distrito Federal para participar do polo passivo da demanda ora em curso. É que, ao contrário do que quer fazer parecer o Ministério Público, na peça em que requereu a inclusão do ente público ora

contestante no polo passivo, **não é caso de responsabilidade solidária, mas sim, quando muito, subsidiária.**

E esse entendimento decorre de expressa previsão legal, contida tanto na Lei de Licitações (Lei n.º 8.666/93) quanto na Lei de Concessões (Lei n.º 8.987/95). Ou seja, o *parquet*, ainda que com fundamentação absolutamente inconsistente – tentando desesperadamente atribuir alguma espécie de responsabilidade ao Distrito Federal, lançando mão de julgados ou de legislações, como a de defesa do consumidor ou do meio ambiente natural contra depredação humana, que não se aplicam *in casu* – defende posicionamento frontalmente *contra legem*, como se confere dos seguintes dispositivos:

Lei n.º 8.666/93:

"Art. 71. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

§ 1º. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis." – destaques nossos.

Lei n.º 8.987/95:

"Art. 25. Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenue essa responsabilidade.

[...]

Art. 31. Incumbe à concessionária:

I - prestar serviço adequado, na forma prevista nesta Lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

208

[...]

Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente." - negritamos

Outra não pode ser a norma que se extrai dos dispositivos transcritos: **a relação de responsabilidade perante terceiros entre Poder Concedente e permissionário/concessionário será sempre de subsidiariedade e nunca de solidariedade.**

De mais a mais, destaca-se que o próprio **Supremo Tribunal Federal**, na **Ação Declaratória de Constitucionalidade n.º 16/DF** - a qual foi ajuizada precisamente pela Procuradoria do Distrito Federal -, certificou a constitucionalidade do art. 71, §1º da Lei Federal n.º 8.666/93, **asseverando que não há responsabilidade solidária da Administração Pública por prejuízos de cunho trabalhista por empresas por ela contratadas e que o Poder Público não pode ser diretamente chamado em juízo para responder por tais obrigações.** Dita a ementa do referido aresto (em anexo):

"RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. Subsidiária. Contrato com a administração pública. Inadimplência negocial do outro contraente. **Transferência consequente e automática dos seus encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, à administração. Impossibilidade jurídica.** Consequência proibida pelo art., 71, § 1º, da Lei federal nº 8.666/93. **Constitucionalidade reconhecida dessa norma. Ação direta de constitucionalidade julgada, nesse sentido, procedente.** Voto vencido. É constitucional a norma inscrita no art. 71, § 1º, da Lei federal nº 8.666, de 26 de junho de 1993, com a redação dada pela Lei nº 9.032, de 1995."

(STF – ADC 16/DF – Tribunal Pleno – Rel. Min. Cezar Peluso
– J. em 24/11/10)

Também cabe citar, por sua relevância, trechos do voto da Ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha no julgamento, em que é sopesado o art. 71, §1º, da Lei de Licitações com a responsabilidade civil do Estado desenhada no art. 37, §6º, da Constituição Federal:

"Da compatibilidade entre art. 71, §1º da Lei n.º 8.666/93 e o art. 37, §6º da Constituição da República

(...)

25. Sabe-se ser requisito para se ter configurada a responsabilidade da entidade estatal que o dano causado a terceiro em decorrência da prestação do serviço público tenha como autor agente público.

A responsabilidade do ente do Poder Público prevista na Constituição da República exige, como requisito necessário a sua configuração, que o dano tenha origem em ato comissivo ou omissivo de agente público que aja nessa qualidade.

Não é essa a situação disciplinada pelo art. 71, §1º da Lei 8.666/93. Nesse dispositivo, o 'dano' considerado seria o inadimplemento de obrigações trabalhistas por empresa que não integra a Administração Pública, logo, não se poderia jamais caracterizar como agente público.

(...)

Assim, a previsão legal de impossibilidade de transferência da responsabilidade pelo pagamento de obrigações trabalhistas não adimplidas pelo contratado particular não contraria o princípio da responsabilidade do Estado, apenas disciplinando a relação entre a entidade da Administração Pública e seu contratado.

(...)

Ao argumento de obediência ao princípio da responsabilidade de Estado – de natureza extracontratual – não se há de

admitir que a responsabilidade decorrente de contrato de trabalho dos empregados de empresa contratada pela entidade administrativa pública a ela se comunique e por ela tenha de ser assumida.

210

(...)

Contudo, eventual descumprimento pela Administração Pública do seu dever legal de fiscalizar o adimplemento de obrigações trabalhistas por seu contratado, se for o caso, não impõe a automática responsabilidade subsidiária da entidade da Administração Pública por esse pagamento, pois não é capaz de gerar vínculo de natureza trabalhista entre a pessoa estatal e o empregado da empresa particular.

Principalmente, se tanto ocorrer, isso não se insere no campo da inconstitucionalidade do dispositivo em causa.

Não há, portanto, de ser acolhido o argumento do Procurador-Geral da República no sentido de que "a Requerente visa a impedir que se examine, em casos concretos, possível responsabilidade da Administração, no que tange a passivos trabalhistas gerados, ainda que indiretamente, em decorrência de contratos de prestação de serviços por ela celebrados".

A aplicação do art. 71, §1º, da Lei n.º 8.666/93 não exime a entidade da Administração Pública do dever de observar os princípios constitucionais a ela referentes, entre os quais os da legalidade e da moralidade administrativa.

Isso não importa afirmar que a pessoa da Administração Pública possa ser diretamente chamada em juízo para responder por obrigações trabalhistas devidas por empresas por ela contratadas.

Entendimento diverso resultaria em duplo prejuízo ao ente da Administração Pública, que, apesar de ter cumprido regularmente as obrigações previstas no contrato administrativo firmado, veria ameaçada sua execução e ainda teria de arcar com consequência do

211

Diga-se, ademais, que a solidariedade da obrigação **sempre** decorre de lei, ou seja, inexistindo lei que preveja tal solidariedade, esta não poderá ser presumida. Mas o caso dos autos é ainda pior, **além de inexistir lei que preveja tal solidariedade, as previsões legais que tratam do tema afastam justamente tal espécie de responsabilidade para tipificar que o Poder Concedente somente poderá ser responsabilizado de forma subsidiária em decorrência dos atos praticados pelos delegatários do serviço público.**

No caso dos autos não há de ser diferente. O Ministério Público afirma que os supostos danos causados aos trabalhadores advêm da má conservação dos ônibus, **má conservação esta que é fruto de conduta exclusiva das próprias empresas concessionárias**, não concorrendo o Distrito Federal em momento algum para que tal situação efetivamente ocorra.

Muito pelo contrário, a Administração Pública Distrital exerce constante fiscalização a fim de evitar que veículos em péssimo estado de conservação possam continuar circulando.

O que isso quer dizer é que não há falar-se em responsabilização direta, ainda que de forma solidária do Distrito Federal, por supostos danos causados pelas empresas concessionárias/permissionárias do serviço de transporte público coletivo. **Tal responsabilização, se vier a ocorrer, somente poderá tocar ao Distrito Federal de forma excepcional e subsidiária.**

Mas há mais! Confirmando que, no caso concreto, é verificada apenas responsabilidade subsidiária do Poder Público – que não incide automaticamente, não sendo possível acionar diretamente a Administração em juízo, **o Enunciado n.º 331 do Tribunal Superior do Trabalho** (que, curiosamente, sequer mencionado pelo Autor) teve redação atualizada para ditar que:

*"CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. LEGALIDADE
(nova redação do item IV e inseridos os itens V e VI à*

redação) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011

312

I - A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974).

II - A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional (art. 37, II, da CF/1988).

III - Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102, de 20.06.1983) e de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta.

IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.

V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral."

Também tal verbete sumular é cristalino ao dispor que a responsabilidade do ente público em relação às questões trabalhistas **sempre** será subsidiária e nunca subsidiária.

Se toda essa linha argumentativa não fosse o suficiente, também a jurisprudência unânime do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região elide a tese do Autor Ministerial.

No julgado adiante alinhavado, o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região avaliou se o Distrito Federal detinha responsabilidade subsidiária sobre ilegalidades cometidas exatamente nas relações de trabalho entre os permissionários de transporte público coletivo e seus empregados e, **tanto no caso abaixo quanto em todas as ocasiões em que o assunto veio à tona, esta Egrégia Corte entendeu que não há sequer responsabilidade subsidiária do Poder Público:**

"A Lei nº 8.987/95, ao disciplinar as concessões de serviços públicos (art. 175 da CF), embora tenha previsto como encargo do poder concedente a fiscalização dos serviços, exclui qualquer responsabilidade do ente público por eventuais prejuízos causados. Portanto, não há campo para incidência da Súmula nº 331 do TST, específica para as hipóteses de terceirização. Nesse sentido, consolidou-se a jurisprudência do TST, por meio da OJ5BDI-1 Transítória nº 66, aplicada por analogia ao caso dos autos:

"SETRANSP. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE COLETIVO. (DEJT divulgado em 03, 04 e 05.12.2008) A atividade da São Paulo Transportes S/A - SPTrans de gerenciamento e fiscalização dos serviços prestados pelas concessionárias de transporte público, atividade descentralizada da Administração Pública, não se confunde com a terceirização de mão-de-obra, não se configurando a responsabilidade subsidiária."

Na mesma linha de posicionamento, cito precedentes desta

Turma:

"RESPONSABILIDADE

SUBSIDIÁRIA.

NÃO-

CARACTERIZAÇÃO. Evidenciado nos autos que as reclamadas entabularam contrato de concessão/permissão de prestação e exploração de serviços públicos e não se verificando a prestação de serviços em prol do ente público, mas em benefício do concessionário/permisionário, não há que se cogitar do instituto da terceirização de serviços e, por conseguinte, em aplicação da previsão contida no item IV da Súmula nº 331/TST." (RO 01764-2011-019-10-00-3, Relatora: Desembargadora Maria Regina Machado Guimarães, DEJT 10/08/2012).

"CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO. TRANSPORTE. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 331/TST. Por meio da concessão de serviço público, o Estado transfere a pessoa jurídica ou a consórcio de empresas a execução de determinada atividade de interesse coletivo, mediante remuneração por tarifas pagas pelos próprios usuários do serviço. A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dispõe sobre os regimes de concessão e de permissão da prestação de serviços públicos, previstos no art. 175 da Constituição Federal. Conforme disposto no diploma legal citado, a concessionária responde por todas as obrigações por ela contradas, não se transferindo ao Ente Público qualquer responsabilidade. Nesse mesmo sentido o TST, por meio da OJ Transitória 66 da SBDI-I aplicada por analogia ao caso, consolidou entendimento." (RO 01860-2011-015-10-00-6, Relatora: Desembargadora Flávia Simões Falcão, DEJT 03/08/2012).

"CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO ENTE PÚBLICO. CONCEDENTE COM BASE NA SÚMULA Nº 331, DO COL. TST. IMPOSSIBILIDADE. A concessão de serviços públicos de transporte encontra previsão no artigo 175 da Constituição e é regida pelas disposições constantes da Lei nº 8.987/95. Trata-se, portanto, de modalidade contratual diversa daquela estabelecida sob a égide da Lei nº 8.666/93, que é o objeto da Súmula nº 331, do col. TST.

215

Nesse contexto, nem mesmo a presença de elementos contratuais comuns,

tais como o poder/dever de fiscalização da administração pública, autoriza a incidência do verbete sumular em destaque, notadamente porque a prestação de serviços por parte do trabalhador não ocorre

em prol da atividade meio do concedente." (RO 01873-2011-004-10-00-1, Desembargador Pedro Luis Vicentin Foltran, DEJT 13/07/2012)"

(TRT 10 - 01914-2011-001-10-00-0 RO - 1ª Turma - Rel. Des. Ricardo Alencar Machado - J. em 29/08/2012)

Assim, demonstrado que **não há substrato legal** ou entendimento reiterado nos Tribunais de que a Administração Pública seria responsável solidariamente por danos causados por concessionárias ou permissonárias de serviço público e que, **consoante a jurisprudência do TST (na OJSD11-Transitória nº 66)** e do TRT da 10ª Região, sequer se configura responsabilidade subsidiária do ente concedente, impõe-se a imediata exclusão do Distrito Federal do polo passivo da presente demanda.

Este, inclusive, é o posicionamento unânime da doutrina, servindo de exemplo os ensinamentos do Eminentíssimo Doutor **José dos Santos Carvalho Filho**, para quem:

"[...] Contudo, se a culpa é exclusiva da pessoa prestadora do serviço, a ela deve ser imputada a **responsabilidade primária** e ao Poder Público a **responsabilidade subsidiária**. Resulta, pois, nessa hipótese, que eventual demanda indenizatória deve ser dirigida em face **exclusivamente do causador do dano, sendo a Administração parte ilegítima ad causam na referida ação.**" - negritos originais, mas sublinhados nossos.

Por essa razão, **a extinção do processo sem resolução do mérito em relação ao Distrito Federal**, com fulcro no art. 267, VI, do Código de Processo Civil, é medida que se impõe, haja vista que **é impossível, fática e**

² CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 21ª ed. rev., atual. e ampl., Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2009, pág. 541/542.

Juridicamente, a condenação solidária de ente público em hipótese como a do caso de autos.

4. DAS RAZÕES PARA REFORMA DA SENTENÇA E IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO

Embora seja certo o acatamento da argumentação anteriormente expendida e, por conta disso, certamente a sentença será cassada ou o processo será extinto sem resolução de mérito, incumbe ao ente recorrente adentrar no mérito da demanda, para, no seu âmago, impugná-lo.

4.1 - DA AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL

4.1.1 - DAS CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS ACERCA DA TEORIA APLICÁVEL AO CASO

De saída, deve ser destacado que, com o devido respeito, labora em equívoco o Ministério Público do Trabalho ao estabelecer como verdade absoluta que se trata de responsabilidade civil objetiva do estado. Ledo engano!

Em verdade, a responsabilidade do estado em decorrência dos seus atos está expressa no §6º do artigo 37 da Constituição da República. Também é verdadeiro que aquele dispositivo cria uma regra geral segundo a qual não se discute a existência do elemento subjetivo (culpa lato sensu) em relação aos danos causados pelo estado.

Todavia, aquele dispositivo somente será aplicado para as condutas estatais que sejam comissivas, isto é, somente quanto o ente público atuar, agir é que a responsabilidade será objetiva e não será questionada a existência ou não de culpa do ente estatal.

Quando se tratar de uma conduta omissiva - um não fazer do estado -, aquela disposição constitucional não terá aplicação, sendo aplicável a regra geral da responsabilidade civil, segundo a qual deverá ser também demonstrada a culpa do agente para que reste caracterizado o dever de indenizar.

Essa é a leitura que a doutrina e a jurisprudência fazem do §6º do artigo 37 da Constituição da República, conforme sentença o Ilustre

Doutorador Celso Antônio Bandeira de Mello, in verbis:

"Quando o dano foi possível em decorrência de uma omissão do Estado (o serviço não funcionou, funcionou tarde ou ineficiente) é de se aplicar a teoria da responsabilidade subjetiva. Com efeito, se o Estado não agiu, não pode, logicamente, ser ele o autor do dano. E, se não foi o autor, só cabe responsabilizá-lo caso esteja obrigado a impedir o dano. Isto é: só faz sentido responsabilizá-lo se descumpriu dever legal que lhe impunha obstar ao evento lesivo.

Deveras, caso o Poder Público não estivesse obrigado a impedir o acontecimento danoso, faltaria razão para impor-lhe o encargo de suportar patrimonialmente as consequências da lesão. Logo, a responsabilidade estatal por ato omissivo é sempre responsabilidade por comportamento ilícito. E, sendo responsabilidade por ilícito, é necessariamente responsabilidade subjetiva, pois não há conduta ilícita do Estado (embora do particular possa haver que não seja proveniente de negligência, imprudência ou imperícia (culpa) ou, então, deliberado propósito de violar a norma que o constituía em dada obrigação (dolo). Culpa e dolo são justamente as modalidades de responsabilidade subjetiva"³

No caso dos autos, conforme consta da própria petição de ingresso, há clara imputação de responsabilidade ao Distrito Federal em decorrência de suposta omissão em fiscalizar as empresas delegatárias do serviço de transporte coletivo no que se refere ao ambiente adequado de trabalho para os cobradores e motoristas.

Ao assim dispor, o Ministério Público do Trabalho atrai para o caso a responsabilidade civil subjetiva do Estado, pois, como se expôs acima, a sua aplicação se fará presente toda vez em que se imputa responsabilidade em decorrência de responsabilidade omissiva do Estado.

³ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 17 ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 895-896.

816.

Ocorre que, consoante será demonstrado, não estão presentes no caso dos autos nenhum dos elementos caracterizados do dever de indenizar. Vejamos:

4.1.2 - INEXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL: AUSÊNCIA DE OMISSÃO ESTATAL

sendo subjetiva a responsabilidade do Estado, há de ser aplicada da teoria francesa da culpa do serviço, segundo a qual "ocorre culpa do serviço ou falta do serviço quando este não funciona, devendo funcionar, funciona mal ou funciona atrasado".

Afirma isso, pois, conforme documentação já existente nos autos (diversos autos de infração já juntados aos autos judiciais), a empresa que compõe o polo passivo ao lado do Distrito Federal foi constantemente

que compõe o polo passivo ao lado do Distrito Federal foi constantemente

33

fiscalizada, sendo algo inclusive de diversos autos de infração por violar as normas técnicas que resguardam a saúde dos trabalhadores e dos passageiros. Como se vê da documentação já anexada aos autos, a Administração Pública Distrital, **por meio do DTRANS**, no pleno uso do seu poder de polícia, procedia à fiscalização dos ônibus da empresa ré, sempre buscando uma melhoria na prestação dos serviços à população e, conseqüentemente, ainda que fosse sua atribuição (repita-se: a atribuição é da União), um melhor ambiente de trabalho para os cobradores e motoristas.

Tal situação fática, Excelências, afasta por completo o dever de indenizar do Distrito Federal. Isto porque, tendo havido fiscalização incessante por parte da Administração Pública Distrital, **beira ao absurdo a afirmação no sentido de que o ente público contestante omitiu-se no seu dever de agir.**

Nessa perspectiva, decorre de dedução lógica que, **inexistindo omissão estatal, inexistirá também a responsabilidade**, devendo os pedidos contidos na peça de ingresso ser **julgados totalmente improcedentes** no que se refere à pretensão voltada ao Distrito Federal.

Ora, inexistindo omissão estatal no presente caso concreto não há falar em dever de indenizar por parte do Distrito Federal, afigurando-se, inclusive, desnecessário tecer comentários sobre os demais elementos da responsabilidade civil subjetiva do Estado. Todavia, em homenagem ao princípio da eventualidade, vejamos as demais razões pelas quais os pedidos formulados pelo Ministério Público devem ser julgados improcedentes.

4.1.3 - INEXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL: AUSÊNCIA DE CULPA

Como visto, em sede de responsabilidade civil subjetiva, além da omissão estatal, deve estar presente também o dano, o nexo de causalidade e, sobretudo a culpa, ainda que considerada esta última no seu mais amplo sentido.

Em outro dizer e ainda valendo-se dos ensinamentos do Mestre Celso Antônio Bandeira de Mello, para configurar a responsabilidade estatal por omissão

não basta a simples relação entre a ausência do serviço (omissão estatal) e o dano sofrido. Afirma ele,

"cumpre que haja algo mais: a culpa por negligência, imprudência ou imperícia no serviço, ensejadoras do dano, ou então o dolo, intenção de omitir-se, quando era obrigatório para o Estado atuar e fazê-lo segundo um certo padrão de eficiência capaz de obstar ao evento lesivo. Em uma palavra: é necessário que o Estado haja incorrido em ilicitude, por não ter ocorrido para impedir o dano ou por haver sido insuficiente neste mister, em razão de comportamento inferior ao padrão legal exigível." ⁵

Entretanto, nos autos, não há uma prova sequer nem digressão sobre efetiva culpa do Distrito Federal em relação ao suposto prejuízo sofrido pelos motoristas e cobradores empregados pelas atuais concessionárias.

Não foi comprovado nem mesmo que este ente público tinha ciência dos fatos alegados – note-se que o Ministério Público instaurou inquéritos civis desde 2004 sobre o assunto, mas na exordial, em nenhum momento é dito que foi feita comunicação à Secretaria de Transportes do Distrito Federal para tomar providências.

O Ministério Público apenas afirma que o Distrito Federal deve ser civilmente responsabilizado, mas simplesmente alega, **não prova nada**, nem muito menos individualiza a sua conduta nem demonstra a sua culpa sobre a qual poderia ter sido feito algum juízo de reprovação.

Mas também não poderia ter sido diverso, já que **em momento algum o Distrito Federal agiu com imprudência, imperícia ou negligência, bem como omitiu-se intencionalmente**, até mesmo porque, conforme visto no tópico anterior, tal omissão não houve.

Ora, se encontra presente no caso dos autos o elemento subjetivo da responsabilidade civil subjetiva do Estado, qual seja, a culpa no seu mais amplo sentido, é inquestionável que não há falar-se em dever de indenizar por parte do Distrito Federal.



Portanto, na improvável hipótese de esse Juízo entender que o Distrito Federal é responsável pelos alegados danos à coletividade e aos trabalhadores das atuais permissionárias de transporte coletivo, ainda assim é forçoso o julgamento pela improcedência do referido pedido do Autor por ser manifesta a inexistência de culpa por parte do ente público contestante.

391

4.1.4 - DA AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SUPOSTO DANO

Deve ser destacado ainda que o Ministério Público do Trabalho não comprovou a ocorrência de dano moral "na coletividade de empregados e na sociedade", tal como alegado na peça de ingresso. Aparentemente isso é aventado pelo Ministério Público do Trabalho ao usar as expressões "dano genérico", "prejuízo moral potencial" e "dano desferido potencialmente a um universo de pessoas".

Ocorre que o *parquet* ajuizou a ação após investigar 7 (sete) das empresas permissionárias de transporte coletivo no Distrito Federal, afirmando que houve dano a toda a classe dos motoristas e cobradores respectivos (cerca de 15 mil pessoas, segundo o Autor), porém não tendo sido feitas investigações quanto a 9 (nove) outras empresas permissionárias do aludido serviço, nem quanto à coletividade como um todo.

Ou seja, a parte autora só fez um mínimo levantamento de informações em relação a porção minoritária das empresas que atendem o transporte coletivo, contudo defende que foram prejudicados **todos** os motoristas e cobradores, bem como toda a coletividade.

Ora, Excelência, assoma evidente que, em um universo de 16 (dezesseis) empresas, a utilização de apenas 7 (sete) permissionários como amostragem para aferir se houve ou não dano à integridade física dos trabalhadores não demonstra a universalidade que deveria estar abarcado pelo suposto dano moral coletivo.

Em outras palavras, **não há demonstração de coletividade do dano!** Pelo que consta dos autos, apenas alguns empresários de algumas empresas possuem algum déficit auditivo, o que não quer dizer que tal

deficiência tenha relação direta com a má prestação dos serviços pelas

permissonárias do serviço de transporte coletivo.

Ademais, o Ministério Público do Trabalho não comprovou adequadamente a gravidade do suposto dano à coletividade. Atente-se para precedente do Tribunal Regional da 10ª Região que julgou improcedente pedido de indenização de danos morais coletivos em ação civil pública justamente porque não se vislumbrava efetivo atentado significativo para a moral coletiva – inclusive fazendo referência a julgado do TRT da 3ª Região, o qual emitiu decisão parelha em situação bastante semelhante a dos autos:

“(…) não vejo procedência no pedido de indenização por dano moral coletivo. A conduta ilícita da Ré poderá legitimar os trabalhadores potencialmente lesados, no âmbito das normas da CLT, a buscar a tutela jurisdicional trabalhista. Logo, trata-se de violação de direitos em relação aos quais a ordem jurídica positiva define critérios de reparação, inclusive, tarifada. Em relação à coletividade, entendendo que basta, por si só, a tutela inibitória deferida, não se cogitando de reparação pecuniária. Em caso de contornos semelhantes, já se pronunciou o Eg. TRT da 3ª Região:

‘AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DANO MORAL COLETIVO - NÃO CONFIGURAÇÃO. Embora constatada a deficiência na observação, pela empresa, de normas de medicina, segurança e higiene do trabalho, não se pode extrair daí a existência de um sentimento coletivo de indignação, de desagrado e de vergonha capaz de ferir a ‘moral’ da coletividade inserida nesse contexto, para efeito de indenização por dano moral coletivo. Para esse fim, o ilícito e seus efeitos devem ser de tal monta que a repulsa social seja imediata e extrapole aquela relativa ao descumprimento pelo agente transgressor de determinadas normas de conduta trabalhista.’ (RO 00710-2004-087-03-00- 8, Ac. 8ª Turma, Relatora Juíza Denise Alves Horta, DJ 26.11.2005, p. 18).

Portanto, no âmbito dos interesses transindividuais dos trabalhadores, a pretensão fundada em dano moral coletivo, veiculada em ação civil pública, decorrente da ilegalidade de contrato de prestação de serviços, exaure-se na tutela inibitória, que consiste na imposição de obrigação de não-fazer. Desse modo, meu voto é no sentido de dar provimento ao recurso para excluir da condenação a indenização a título de dano moral coletivo.

CONCLUSÃO Pelo exposto, conheço parcialmente do recurso, rejeito as pretensões suscitadas e, no mérito, dou-lhe parcial provimento, para excluir da condenação a indenização a título de dano moral coletivo, nos termos da fundamentação."

(TRT 10 - 00572-2005-018-10-00-5 RO - 1ª Turma - Rel. Des.ª Maria Regina Machado Guimarães - J. em 15/02/2006 - g.n.)

Não se estar afirmando que, se realmente comprovado dano à saúde do trabalhador, este não terá direito à indenização por violação à sua integridade física. Não é isso! O que se está a afirmar é que o meio pelo qual essa indenização poderá ocorrer **não deve ser este instrumento de ação coletiva**, mas sim **ações individuais** propostas por cada um dos trabalhadores supostamente lesados.

Em conclusão, por não restar caracterizado um efetivo dano moral a uma universalidade de pessoas, a improcedência dos pedidos é medida que se impõe.

4.1.5 - DA REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO POR DANO MORAL

Na remota hipótese de ser mantida a sentença ora recorrida, o que se admite somente para argumentar, requer o Distrito Federal que seja revista a quantia estabelecida a título de indenização por dano moral.

Nessa perspectiva, o Distrito Federal pugna para que, na remota hipótese de manutenção da sentença, seja estabelecida a indenização pelo

suposto dano moral coletivo em patamar não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

5. DO PREQUESTIONAMENTO

Com o intuito de resguardar o direito do recorrente de encaminhar a presente demanda para instâncias recursais extraordinárias, o Distrito Federal pugna para que haja manifestação expressa sobre os seguintes dispositivos: art. 93, XI, da Constituição da República; art. 5º, XXXV, da Constituição da República; art. 11, I, da Lei 10.593/02; artigo 626 da CLT; artigo 71, §1º, da Lei nº 8.666/93; artigo 114 da Constituição da República; artigo 37, §6º, da Constituição da República.

6. DA CONCLUSÃO E DOS PEDIDOS

Ante o exposto, o Distrito Federal, certo dos acréscimos de Vossas Excelências, requer provimento do presente recurso para:

- a) seja cassada a sentença em decorrência da conexão não observada e/ou em razão da incompetência do juízo;
- b) caso não seja este o entendimento, o que se admite somente para argumentar, seja extinto sem julgamento de mérito o processo com base nas alegações supra;
- c) caso ainda não seja este o entendimento deste Juízo, o que admite somente por hipótese, seja julgado improcedente o pedido;
- d) por fim, caso ainda assim não entenda esta Egrégia Corte, que seja reduzido valor fixado a título de indenização por dano moral.

e) em qualquer das hipóteses, que requer-se que haja expressa menção aos dispositivos legais e constitucionais listados no item "5" supra.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 22 de abril de 2014.



EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR
PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL

